

## Sarney Filho quer aprovação do pagamento por serviços ambientais antes da COP-19 Destaque

- tamanho do texto
- [Imprimir](#)
- [E-mail](#)
- [Seja o primeiro a comentar!](#)



O relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), deputado Sarney Filho (PV-MA), defendeu na audiência pública realizada hoje (2) “uma maior transversalidade entre os setores do governo para que seja viabilizada uma política de pagamento por serviços ambientais”. O tema foi discutido na CMMC por parlamentares, especialistas e representantes do Executivo. Os presentes deram ênfase a valorização dos serviços ecossistêmicos - realizados em áreas com vegetação preservada – como forma de diminuir os impactos das mudanças climáticas.

Sarney Filho sugeriu que com a proximidade da Conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP-19, marcada para novembro em Varsóvia, na Polônia, o país possa acelerar a aprovação da nova política, podendo assim levar ao evento mundial uma contribuição brasileira, a exemplo do que ocorreu na COP 15, em Copenhague, quando o país apresentou metas concretas de redução de suas emissões.

“Uma matéria dessa magnitude não poderá avançar sem que haja consenso entre os setores envolvidos. Não adianta apenas o Ministério do Meio Ambiente ditar normas, se outras áreas não estiveram conectadas com a sustentabilidade”, afirmou o deputado. Para o deputado, os estudos com vistas às adaptações às mudanças climáticas, precisam ser intensificados.

“Temos visto grandes tragédias, como as últimas chuvas na região de Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde 33 pessoas morreram soterradas. Ao mesmo tempo a seca se intensifica na região Nordeste do país”, citou Sarney Filho.

Ao falar sobre as emissões de gases do efeito estufa, o relator da CMMC observou que embora os índices de desmatamentos nos últimos anos estejam diminuindo, ainda se

Nosso planeta produz hoje alimentos suficientes para 12 bilhões de pessoas, e é habitado por 7 bilhões. Portanto, não há excesso de bocas, há falta de justiça.

Não haverá futuro digno para a humanidade sem uma economia de partilha e uma ética da solidariedade.

Durante milênios povos indígenas e tribos desenvolveram formas de convivência baseada na sustentabilidade, na harmonia com a natureza e com os semelhantes. Como considerar ideal um modelo civilizatório que, dos 7 bilhões de habitantes do planeta, condena 4 bilhões a viverem na pobreza ou em função de suas necessidades animais, como se alimentar, abrigar-se das intempéries e educar as crias?

### PELO MENOS 110 PAÍSES JÁ CONSIDERAM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL.

Level of Concern about how Climate Change Threatens Security



Green – Climate is a national security threat  
Yellow – Climate is an environmental issue  
Red – Climate is not a defined concern  
Grey – No information available

Uma pesquisa realizada pela American Security Project (ASP), uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo avaliar assuntos que possam representar riscos para a segurança dos Estados Unidos, analisou as estratégias de defesa e políticas militares de 155 países e descobriu que pelo menos 110 deles já classificam as mudanças climáticas como uma questão de segurança.

Entre essas nações estão todas as grandes potências mundiais, como Estados Unidos, China, Rússia, Japão e a maior parte da Europa. As ausências mais significantes são a do Brasil e Índia, que ainda encaram as mudanças climáticas apenas como um problema ambiental.

Segundo o relatório, o Brasil argumentaria que “as implicações para a segurança relacionadas com as mudanças climáticas não são óbvias, e os impactos ambientais não ameaçam a paz internacional ou a segurança

O islamismo mantém uma relação singular com a natureza. É uma religião semítica, cultua a transcendência de Alá, mas conserva, como o judaísmo, estreito vínculo com o entorno ambiental, o que se reflete na distinção entre alimentos puros e impuros, jejum, cuidado com a higiene pessoal etc.

As religiões aborígenes (ab-origem = que estão na origem de todas as outras) não separam o humano da natureza. Há um forte sentido de equilíbrio e reciprocidade entre o ser humano e a Terra. O que dela se tira a ela deve ser devolvido.

Entre as grandes tradições religiosas é o hinduísmo que melhor cultiva essa harmonia. Toda a Índia respira veneração sagrada por rios, animais, árvores e montanhas. A veneração pelas vacas reflete esse senso de equilíbrio, pois se trata de um animal do qual se obtém muitos produtos, do leite e seus derivados ao esterco como fertilizante, e isso é mais importante do que comê-las.

Três grandes desafios, segundo o místico catalão Javier Melloni, estão inter-relacionados: a interioridade, a solidariedade e a sobriedade. A interioridade nos impele à via mística; a solidariedade à ética; e a sobriedade à preservação ambiental.

Nossa civilização estará condenada à barbárie se as pessoas perderem a capacidade de interiorização, de fazer silêncio, de meditar, de modo a saber escutar as necessidades do próximo (solidariedade) e o grito agônico da Terra (sobriedade).

Urge submeter a ecologia à ecosofia, a sabedoria da Terra, na expressão de Raimon Panikkar. Não se trata de impor a razão humana sobre a natureza (eco-logos), mas sim de dar ouvidos à sabedoria da Terra, captar o que ela tem a nos dizer com seus ciclos, suas mudanças climáticas e até com suas catástrofes.

Embora haja avanços em nosso comportamento, graças ao crescimento da consciência ecológica (reciclagem, uso da água, produtos ecologicamente corretos etc.), ainda estamos atrelados a um modelo civilizatório altamente nocivo à saúde de Gaia e dos seres humanos.

Continuamos a consumir combustíveis escassos e poluentes e, na contramão de todo o movimento ecológico, submergimos à onda consumista que produz, a cada dia, perdas significativas da biodiversidade e toneladas de lixo derivado de nosso luxo.

Três grandes mentiras precisam ser eliminadas de nossa cultura para que o futuro seja ecologicamente viável e economicamente sustentável: 1) Os recursos da Terra não são suficientes para todos; 2) Devo assegurar os meus recursos, ainda que outros careçam deles; 3) O sistema econômico que predomina no mundo, centrado na lógica do mercado, e o atual modelo civilizatório, de acumulação de bens, são imutáveis.

em si mesma." A visão brasileira é compartilhada por 21% dos 155 países.

Para os que consideram as mudanças climáticas um risco, a justificativa vem da disputa cada vez mais acirrada por recursos naturais. Os Estados Unidos, por exemplo, em sua política quadrienal de defesa apontou que as alterações no clima "podem atuar como um catalizador para a instabilidade e para conflitos". Já a Rússia, em sua estratégia nacional de segurança, publicada em 2009, afirma que "o aquecimento global terá um efeito negativo nas reservas mundiais de minerais, água e recursos biológicos."

Dos países analisados, apenas 8% não apresentam nenhum tipo de preocupação com as mudanças climáticas, entre eles o Uruguai e o Chile. Outras 41 nações não puderam ser avaliadas por não possuírem dados disponíveis.

A intenção da ASP é em breve publicar o mapa online como uma ferramenta interativa, para que seja atualizado com frequência e seja utilizado como uma base de dados.

*Imagem: Mapa preliminar apresenta em verde os países que classificam as mudanças climáticas como uma questão de segurança, em amarelo os que acreditam que é apenas um assunto ambiental, em vermelho os que não se preocupam e em cinza os que não possuem informações disponíveis / ASP*

Fonte: Instituto CarbonoBrasil

## **Gestão Ambiental e Sustentabilidade!**

Sustentabilidade é a habilidade de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Em anos recentes, o conceito tornou-se um princípio, segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

## **MÍSTICA, ÉTICA E ECO-SOFIA...**



Há estreito vínculo entre religião e ecologia. Os calendários litúrgicos refletem os ciclos da natureza. Toda religião expressa o contexto ambiental que lhe deu origem.

Os hebreus e, em geral, os povos semitas, viviam em regiões inóspitas, desérticas, o que os levou a desenvolver o senso do sagrado centrado na transcendência. Onde a natureza é exuberante, como nos trópicos, se acentuou a imanência do sagrado. Todo o entorno geográfico e climático influi na relação religiosa que se tem com a natureza.

O cristianismo teve sua origem em áreas urbanas. Via a natureza a distância, como algo estranho e adverso. A palavra pagão, que englobava todos os não cristãos, significa etimologicamente habitante do campo.

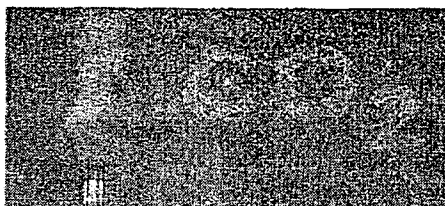
Todas as tradições religiosas indígenas mantêm estreito vínculo com a natureza. São teocósmicas, o divino se manifesta no cosmo e em seus componentes, como a montanha (Pachamama). Hinduísmo e taoísmo cultuam a natureza. Já o confucionismo e o budismo são tradições mais antropocêntricas, voltadas à consciência e às virtudes humanas.

## Gestão Ambiental e Sustentabilidade!

Sustentabilidade é a habilidade de sustentar ou suportar uma ou mais condições, exibida por algo ou alguém. É uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite à sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Em anos recentes, o conceito tornou-se um princípio, segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação de necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

quinta-feira, 16 de maio de 2013

### ONU: MUNDO TEM QUE ACORDAR APÓS BATER BARREIRA PERIGOSA SOBRE CO2.



Alerta foi feito pela chefe da Convenção sobre Mudança Climática, Christiana Figueres; segundo ela, o lançamento de 400 partículas por milhão de dióxido de carbono na atmosfera coloca em risco segurança humana e desenvolvimento econômico

As Nações Unidas fizeram um alerta à comunidade internacional, nesta segunda-feira, após o mundo ter ultrapassado, o que é considerado uma "barreira perigosa" nos níveis de emissão de dióxido de carbono.

De acordo com a Convenção da ONU sobre Mudança Climática, Unfccc, a concentração global de CO2 na atmosfera atingiu 400 partículas por milhão (ppm, na sigla em inglês).

#### Segurança

Em comunicado, a chefe da Convenção, Christiana Figueres, disse que "é hora de o mundo acordar e entender o que isso significa para a segurança humana, o bem estar e o desenvolvimento econômico."

Para Figueres, é preciso intensificar a resposta à mudança climática por todas as partes da sociedade.

Entre 3 e 14 de junho, ocorrerá em Bonn mais uma rodada de negociações sobre o tema. As atenções agora estão voltadas para um novo acordo sobre o clima global e uma iniciativa de ação imediata.

Para a Convenção das Nações Unidas, ao romper a barreira de 400 ppm de dióxido de carbono na atmosfera, o mundo entra numa "zona perigosa".

Fonte: Rádio ONU

## Iniciativa privada deve discutir acordo climático, diz especialista

José Maria Figueres Olsen, ex-presidente da Costa Rica, cita Brasil, com etanol e carros flex, como exemplo positivo

07 de setembro de 2011 | 0h 00

Afra Balazina - O Estado de S.Paulo

Para o ex-presidente da Costa Rica José Maria Figueres Olsen, já é muito difícil fazer um país andar, quanto mais fazer com que 193 países entrem em acordo. O pessimismo de Olsen se refere à próxima Conferência do Clima da ONU, a COP-17, que será realizada no fim do ano em Durban, na África do Sul.

Em sua opinião, os Estados Unidos novamente não terão como se comprometer, pois o país estará preocupado em superar a crise financeira e com as eleições presidenciais de 2012.

Apesar de ser quase impossível chegar a um consenso e fechar um acordo climático, para ele o tema é demasiado importante para ficar apenas nas mãos dos governos. "A iniciativa privada deve participar. E o Brasil é um bom exemplo com seu etanol e carros com motor flex."

Olsen veio ao Brasil para participar do fórum sobre desenvolvimento agropecuário e clima, o Feed 2011, promovido pela Confederação da Agricultura e da Agropecuária do Brasil (CNA). A Costa Rica é hoje um modelo de preservação e de sustentabilidade. O país possui desde 1995 um imposto sobre emissões de carbono que se paga ao comprar combustível num posto. Os recursos vão para um fundo que financia, por exemplo, o plantio de árvores por agricultores.

Nova revolução. O mundo deverá passar por uma nova revolução para não esgotar os recursos do planeta. "A China já é o primeiro mercado de venda de veículos do mundo, porém, lá ainda são 140 veículos por mil habitantes no país. Nos Estados Unidos são 920 veículos por mil habitantes e, na Europa, 620. E ainda tem a Índia crescendo. Se seguirmos pelo mesmo caminho vamos criar um planeta em que será muito difícil viver", afirma.

Para avançar, diz ele, é preciso ter o envolvimento do setor privado e acabar com más políticas, como subsidiar o uso de combustíveis derivados do petróleo.

Kyoto. Para Ciro Marques Russo, representante do Ministério das Relações Exteriores no Feed 2011, a questão principal a ser debatida em Durban "é o que vai acontecer com o segundo período do Protocolo de Kyoto". O primeiro período expira em 2012.

"Se não tivermos um acordo, já prevemos uma lacuna em relação às metas (de cortes das emissões de gases-estufa) dos países desenvolvidos."

A discussão será complicada, já que países como Canadá, Rússia e Japão já disseram que são contra a continuidade de Kyoto. Para Russo, sem o protocolo, as metas dos países ricos serão menos ambiciosas.

Em família

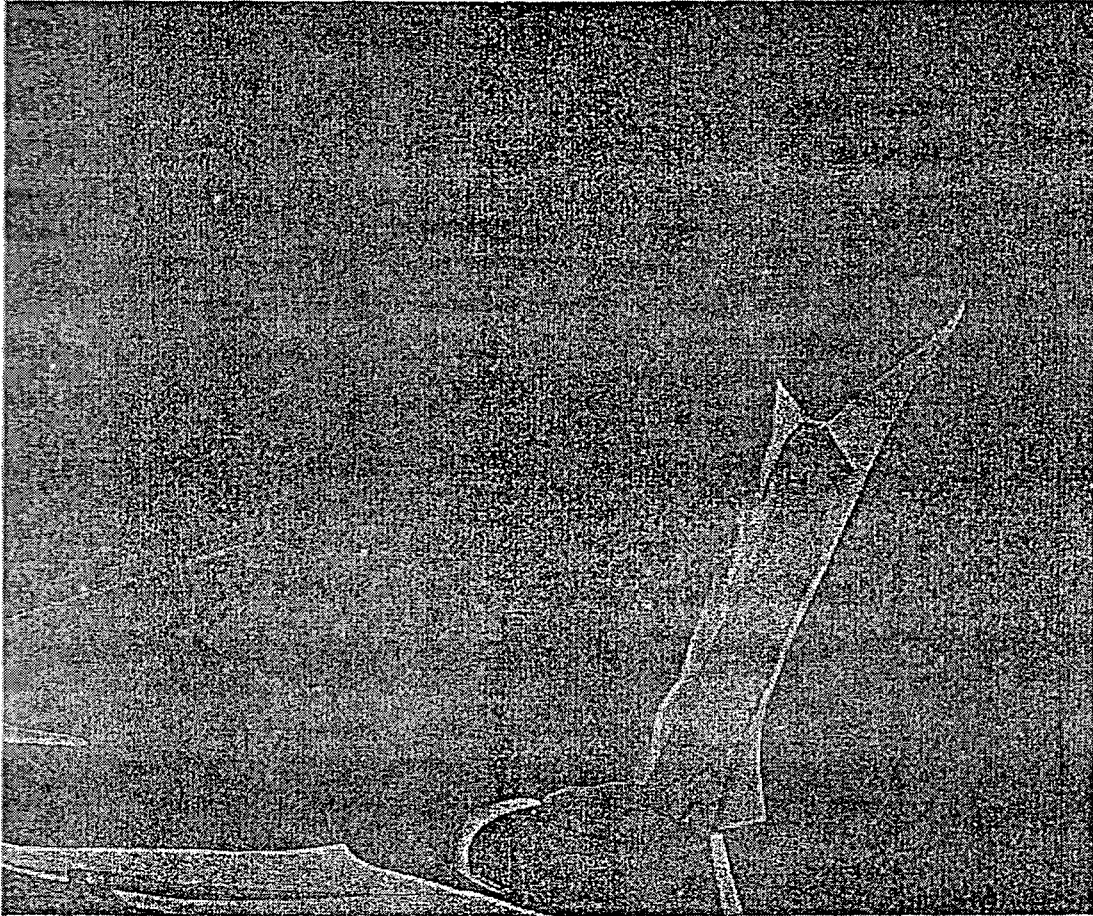
O ex-presidente da Costa Rica é irmão de Christiana Figueres, a atual chefe de clima da ONU, que faz a mediação das reuniões sobre mudanças climáticas.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,iniciativa-privada-deve-discutir-acordo-climatico-diz-especialista,769424,0.htm>

Solidez do sistema financeiro atraem bancos estrangeiros, diz Tombini O presidente do Banco Central destacou ainda que os bancos estrangeiros também confiam no modelo de regulação e nas práticas de supervisão das instituições financeiras adotadas no país

Agência Brasil

Publicação: 06/05/2013 12:53 Atualização:



O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa da abertura do Seminário sobre regimes de Resolução no Sistema Financeiro Brasileiro

A confiança no sistema financeiro nacional contribui para aumentar o interesse de bancos estrangeiros em criar subsidiárias no Brasil e aproveitar as oportunidades de negócios, disse nesta segunda-feira (6/5) o presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini. Ele participou da abertura do Seminário Internacional sobre Regimes de Resolução no Sistema Financeiro Brasileiro.

Saiba mais...

Índice de Confiança da Construção recua 6,6% no trimestre, segundo a FGV Mercado mantém projeção de crescimento da economia em 3% há quatro semanas Dilma e Mantega achavam que era só um poodle... Confira a charge de hoje Analistas estimam inflação em 5,71% para este ano e 5,76% para 2014 Planos de previdência aberta não



interessam à maioria dos brasileiros Dilma anuncia redução de juros para microempendedor de 8% para 5% ao ano BC quer evitar uso de recursos públicos para socorrer bancos em crise Setor de telefonia lidera ranking de tentativas de fraudes, aponta Serasa

Segundo Tombini, atualmente estão em análise no BC 18 pedidos de instituições estrangeiras de 14 países, interessadas em constituir subsidiária no Brasil. "Some-se a isso a autorização já concedida a oito instituições nos últimos dois anos", disse.

De acordo com o presidente do BC, o sistema financeiro brasileiro tem elevado nível de capital, de liquidez e de provisão e é resistente a choques. Ele destacou ainda que os bancos estrangeiros interessados no Brasil também confiam no modelo de regulação e nas práticas de supervisão das instituições financeiras adotadas no país.

Leia mais notícias em Economia

Além disso, para Tombini, o Brasil é uma "economia com estabilidade macroeconômica e com boa perspectiva de crescimento para os próximos anos". "Possuímos um setor industrial abrangente, uma agricultura pujante e produtiva, e um setor de serviços em expansão", acrescentou.

Tombini citou ainda a inclusão social e financeira, "com a expansão da base de clientes bancários e o incremento significativo de todos os tipos de transação financeira".

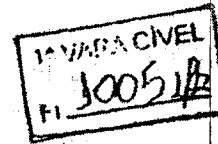
"O governo também está empenhado em criar condições para ampliar os investimentos na nossa economia. Já foram adotadas medidas para simplificar o sistema tributário, para reduzir impostos e custos incidentes sobre os investimentos e a produção e para aumentar a produtividade e a competitividade de nossa economia", ressaltou. O presidente do BC também citou as concessões ao setor privado nos segmentos de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias.

Na avaliação de Tombini, a inclusão social e financeira e os esforços para aumentar a produtividade e a competitividade da economia ampliam as oportunidades de negócio. "Isso se reflete positivamente também no sistema financeiro. Por isso, os bancos já instalados no Brasil estão permanentemente adaptando seus modelos de negócio para atender a essas demandas e aproveitar essas oportunidades".

**DELGADO & PRADA Consultoria e Administração de Seguros**

Boia Chica, 1307 - sl. 22 - São Paulo - SP - CEP 01415-001  
fone: (011) 883-0588 - fax: (011) 883-7918

São Paulo, 26 de novembro de 1996



**BANCO ANTONIO DE QUEIRÓS**  
São Paulo - SP

**REF. DOINVEST S.A.**

Prezados Senhores,

Vimos pela presente informar que esta corretora, devidamente homologada pela Superintendência de Seguros Privados sob nº 10.022-93-6 e credenciada na Companhia União de Seguros através do código 0107, está acompanhando o processo de aquisição de seguro garantia de obrigações contratuais para as operações envolvendo a S.S. DOINVEST S.A.

Informamos, ainda, que o processo obteve aprovação pelo comitê de diretoria daquela seguradora, estando neste momento em fase de montagem final com vistas a aprovação do Instituto de Resseguros do Brasil.

Sem mais para o momento e permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

Jaime Faria Delgado  
Diretor

Elvino Prada  
Diretor

## Estamos todos no mesmo barco

O biólogo brasileiro que dirige um dos principais órgãos da ONU diz que cada um dos habitantes do planeta tem sua parcela de responsabilidade na preservação ambiental

O biólogo Bráulio Dias, de 59 anos, é secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), órgão da ONU responsável por fazer com que os países avancem na implementação de políticas de conservação ambiental. A cada dois anos a CDB reúne perto de 200 países na Conferência das Partes (COP), que se destina a estabelecer metas ambientais internacionais. Dias é um raro ambientalista que não se rende ao catastrofismo. Para ele, os problemas climáticos e de biodiversidade têm soluções conhecidas. "O que falta é ganharmos escala", diz. Nasceu nos Estados Unidos e criado em Piraicaba, no interior paulista. Dias foi diretor de pesquisas do Ibama e, posteriormente, o responsável por estruturar o setor de biodiversidade e florestas no Ministério do Meio Ambiente.

Os ambientalistas dizem que a perda de biodiversidade atual é a maior de toda a história da humanidade. Por outro lado, nunca a ciência catalogou tantas novas espécies. A preocupação dos ambientalistas é exagerada? Ainda sabemos muito pouco da biodiversidade. Estima-se que apenas 10% das espécies que existem no território brasileiro sejam conhecidas. Ao mesmo tempo, estudos feitos por diferentes instituições comprovam que nunca se perdeu tanta biodiversidade no mundo como nos últimos cinquenta anos, em razão do crescimento populacional e da demanda por alimentação, transporte e energia. Um exemplo é o fenômeno conhecido como colapso das pescarias. A redução drástica de algumas espécies de peixes tem obrigado pescadores a ir cada vez mais longe da costa e mais fundo nos mares em busca de espécies que não eram exploradas. Com normas rigorosas e fiscalização eficaz, países como Nova Zelândia e Islândia conseguiram reverter esse processo. Nos Estados Unidos, em algumas áreas da costa leste, também houve avanço.



“Apenas 10% das espécies que existem no território brasileiro são conhecidas”



Fundada em 20/04/1993

*Recibido*  
Marcela Sales Campelo  
Superintendente do SESI DOTO  
Recibido em  
13/09/2013

Palmas, 12, setembro, 2013

Exmo. Sr. Governador do Estado do Tocantins  
Sr. SIQUEIRA CAMPOS  
Palácio dos Girassóis  
Palmas/TO

Recibido em 12/09/13  
às 14:52 horas  
*Marcelo*

Objeto: PROJETO MUNDO VERDE

RECEBEMOS

EM 12/09/13  
*Marcela Sales Campelo*  
ATM

*Recibido*  
Elsone Roberto dos Santos  
Presidente  
UNVET - UNIV. ESTADUAL DO TOCANTINS  
33 - BRASILIA DO TOCANTINS

Excelência,

Temos a honra de vos escrever com referência ao Ofício no. 02 do 06/09/13, protocolado sob no. 076391, afim de vos comunicar que sob recomendação de V. Exa., fomos a uma de ontem, 11/09/13, em atendimento recebido pelo DD. Secretário do Meio Ambiente, Prof. Alan Barbiero e sua equipe técnica, composta pelo Diretor dos Ativos Ambientais, Sr. Luiz Sinésio, o Supervisor Raimundo Ayres, o Chefe de Gabinete, Prof. Fabrício Machado e Dra. Poliana Silvestre os quais manifestaram total apoio à nosso PROJETO de Sustentabilidade Ambiental "MUNDO VERDE".

A ocasião, o DD. Secretário Prof. Barbiero já recomendou a implantação deste pioneiro projeto no Brasil, na cidade tocantinense de Brejinho do Nazaré com quem já iniciamos contactos para tal fim.

Entusiasmados com a participação oficial do Governo do Estado do Tocantins, comandando por V. Exa., somos seguros do sucesso e da repercussão que "MUNDO VERDE" terá junto à outros municípios tocantinenses e estados da federação.

Neste contexto e expectativa agradecemos vivamente à V. Exa. este inestimável apoio, convictos que esta estreita participação no Projeto "MUNDO VERDE", importantes benefícios aportará aos Municípios e ao Estado do Tocantins em matéria de Sustentabilidade Ambiental.

Colocamo-nos à vossa inteira disposição e vos apresentamos nossas mais sinceras e respeitáveis saudações,

*[Handwritten Signature]*  
JOVINO VIEIRA PONTES  
Presidente da BOINVEST AMBIENTAL

Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento  
PROT. 003  
RECEBE

*Recibido em*  
12/09/2013

*Recebido em*  
Rocélia Aguiar Alaiu

Mãe Maria - Agência TO Rua Ademar Vicente Ferreira - 1558 - Sala 11 - CEP 77203-020 - Fone: (55) 63 3125-7198, Filiais: Palmas TO Av JK, Lt 11 - Sala 205 - CEP 77020-040 - Fone: (55) 63 4141-0988 / (63) 9276-9277, Guaraci SP Rua Prof. Edmundo Nogueira, 835 - Centro - CEP 15420-000 - Fone: (55) 17 9113-1285, CNPJ 38.127.940/0001-19 (E: 290479975 - Email: boinvestambientalisa@gmail.com / jovinovieiras@bol.com.br)

*Recibido em*  
13/09/13

*Recibido em*  
13/09/13

# Câmara Municipal de Onda Verde

## Plenário Miguel José de Andrade



### Moção de Apoio

A Câmara Municipal de Onda Verde por meio de seus Vereadores concede a Presente MOÇÃO DE APOIO em Sessão realizada no dia 25 de Novembro de 2011 ao PROJETO BOINVEST AMBIENTAL-SUSTENTABILIDADE & ALIMENTOS FEITO PELAS MESMAS MÃOS. Ao Senhor

*“ JOVINO VIEIRA PONTES NETO “*

Pelos valorosos serviços prestados no desenvolvimento do Município de Onda Verde.

Onda Verde, 25 de Novembro de 2011

  
VANDERLEI BORIN  
Vereador/ Presidente

Demais Vereadores:

Pedro Francisco dos Santos  
Silvio Luis Gauy  
João Batista Alves  
Marcio Rogério Torres



Câmara Municipal de Onda Verde  
APROVADO EM 25/11/2011  
POR 07 (Sete) VOTOS FAVORÁVEIS  
E 02 (Dois) VOTOS CONTRÁRIOS  
EM 01 (Uma) DISCUSSÃO



Democracia, Independência  
e Trabalho  
(2011-2012)

*Vanderlei Borin*  
Vanderlei Borin  
Presidente

**MOÇÃO Nº 0009/2011**  
(Processo Legislativo Nº 000181/2011)

**MOÇÃO DE APOIO AO SENHOR JOVINO VIEIRA PONTES NETO NO PROJETO "BOINVEST AMBIENTAL - SUSTENTABILIDADE & ALIMENTOS FEITO PELAS MESMAS MÃOS"**

Os Exmos. Vereadores que abaixo subscrevem, nos termos do Regimento Interno, vêm apresentar à apreciação do Egrégio Plenário esta **MOÇÃO DE APOIO** ao projeto de iniciativa do cidadão Jovino Vieira Pontes Neto que objetiva convencer os bancos financiadores a concederem condições para para a implantação e operacionalização do projeto "**BOINVEST AMBIENTAL - SUSTENTABILIDADE & ALIMENTOS FEITO PELAS MESMAS MÃOS**".

Requeremos outrossim, que após apreciada e aprovada seja enviada a presente ao interessado na forma regimental.

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que recebemos recentemente a visita do Exmo. Sr. Vice-Prefeito do Município de Altair acompanhado do Sr. Jovino Vieira Pontes Neto, os quais explicaram que o referido projeto interessa à proteção do meio ambiente e que o projeto inibirá as queimadas e incentivará a preservação de reservas. Esclareceu ainda que o referido projeto é de interesse social e que já tem demonstrado benefícios para o Município de Guaraci, bem como, estimula a preservação e comercialização de árvores frutíferas e arbusto. Diante do exposto, considerando que se trata de questão que interessa à sociedade em geral propomos a presente moção de apoio ao referido projeto.

Onda Verde-SP, 23 de novembro de 2011

Vereadores Autores:

*Vanderlei Borin*  
**VANDERLEI BORIN**

*Silvio Luiz Gauy*  
**SILVIO LUIZ GAUY**

*Pedro Francisco dos Santos*  
**PEDRO FRANCISCO DOS SANTOS**

*João Batista Alves*  
**JOÃO BATISTA ALVES**

*Marcio Rogério Forres*  
**MARCIO ROGÉRIO FORRES**





SIPAR - MS/SE/GAB

25000 - 003551/2012-63

Data: 04/03/2012

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

*Gabinete da Secretaria-Executiva*

*Esplanada dos Ministérios, Bloco G - 3º andar, sala 319 - 70058-900 Brasília/DF*

*Telefones: (61) 3315-2130/2133 - Fax: 3315-2816*

Ofício MS/SE/GAB Nº 2

Brasília, 03 de janeiro de 2012.

SIPAR: 25000.196953/2011-56

Ao Senhor  
Govino Vieira Pontes Neto  
Presidente da Boinvest Ambiental S/A  
Rua Prof. Edmundo Nicolau Mauad, 835 - Centro  
15420-000 Guaraci/SP

Assunto: Projeto "Sustentabilidade e Alimentos feitos pelas próprias mãos".

Senhor Presidente,

Em atenção ao Projeto "Sustentabilidade e Alimentos feitos pelas próprias mãos", proposto por Vossa Senhoria, que trata da repartição de receitas arrecadadas com o aluguel de árvores nativas frutíferas e arbustos, sendo 1% (um por cento) destinado ao financiamento da área da saúde, dentre outras, gostaria de manifestar apreço pela iniciativa apresentada e parabenizar a todos envolvidos na elaboração do projeto.

Ressalto, por oportuno, que o dever do Estado de garantir a saúde não exclui a sociedade como um todo e as propostas advindas dessa Empresa são de grande valia para toda a nação.

Atenciosamente,

Márcia Aparecida do Amaral  
Secretária-Executiva



Presidência da República  
Secretaria de Relações Institucionais  
Palácio do Planalto, Sala 404  
70150-900 Brasília – DF  
Tel.: (61) 3411-1668 Fax: (61) 3411-1503

Of 324/2011/SRI-PR

Brasília, 09 de novembro de 2011.

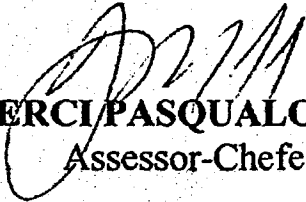
**INO VIEIRA PONTES NETO**  
Diretor da Boinvest Ambiental S/A  
Rua Prefeito Edmundo Nicolau Mauad, 835, Centro  
01000 Guaraci/SP

Assunto: Encaminhamento de projeto ao Ministério da Saúde

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento de sua correspondência de 4 de outubro de 2011, endereçada ao Presidente da República, e informo que o projeto dessa instituição foi encaminhado ao Ministério da Saúde, por se tratar de assunto afeto àquela Pasta.

Atenciosamente,

  
**DERCIVAL PASQUALOTTO**  
Assessor-Chefe





São Paulo, 6 de abril de 2014.

Proposta encaminhada pela Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista, para a condução das audiências públicas que estão acontecendo hoje.

1.  
subdividir as ZER em duas para evitar futuras polêmicas na ocupação, deixando o Art. 26 com o seguinte texto):

É imprescindível caracterizar - no PL 688 / 2013 - o perímetro das ZER existentes e não deixar para ser definida na revisão da Lei 13855 / 2004 como descrito no artigo 253 - parágrafo 1º - capítulo I do PL, garantindo -se este " estoque verde " para a Cidade.

Art. 26 - As ZER são porções do território destinadas exclusivamente ao uso residencial, e são divididas de acordo com suas características dominantes em 2 categorias:

ZER-I habitações de uso exclusivamente residencial unifamiliar

ZER-II habitações de uso exclusivamente residencial mistas de uso unifamiliar e multifamiliar que serão detalhadas na lei de zoneamento

Parágr.1º - As ZER-I compreendem as zonas de uso exclusivamente residencial de habitações unifamiliares de baixa densidade com gabarito máximo de até 9 m, tendo por objetivo estabelecer novas zonas com estas características, ou preservar aquelas com tais características dominantes já historicamente estabelecidas, com vias de tráfego leve e local, sendo vedada a verticalização;

Parágr. 2º - As ZER-II são destinadas a uso exclusivamente residencial de habitações unifamiliares e multifamiliares, com densidades demográficas e construtivas baixas, médias e altas, tipologias diferenciadas, níveis de ruído compatíveis com o uso residencial e com vias de tráfego leve e local;

Parágr. 3º - Tanto para as ZER-I como para as ZER-II ficam estabelecidos os seguintes coeficientes de aproveitamento:

I - coeficiente de aproveitamento mínimo igual a 0,05 (meio décimo);

II - coeficiente de aproveitamento básico igual a 1,0 (um);

III - coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1,0 (um).

Abs

Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR 2014

*[Handwritten Signature]*  
Secretário RF

*[Handwritten Initials]*

...de ...

...de ...

...de ...

...de ...

...de ...

...de ...

...de ...



São Paulo, 6 de abril de 2014.

Proposta encaminhada pela Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista, para a condução das audiências públicas que estão acontecendo hoje.

2.

É essencial a revisão de CORREDORES em zonas ZER. A cidade conta com Centenas de casos onde o uso, tráfego e poluição sonora é incompatível com o uso residencial.

É um tema sensível mas essencial para a readequação da cidade, e que precisa ser abordado, pois é a partir destes corredores que se inicia a deterioração destas áreas residências.

O PL 688 / 2013 deve definir que nas ZER, não podem existir VIAS COLETORAS

Abs

Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Proposta encaminhada para apreciação dos membros do Conselho Municipal de Planejamento e Administração para a elaboração do Plano Plurianual de 2004.

É essencial a revisão do PPA 2004 em razão da necessidade de adequação do plano às condições econômicas e sociais da cidade, bem como a necessidade de estabelecer prioridades para o desenvolvimento da cidade e que precise ser

atendida a necessidade de recursos para a realização de obras de infraestrutura urbana e social, bem como a necessidade de estabelecer prioridades para o desenvolvimento da cidade e que precise ser

O PPA 2004 deve definir metas e prioridades para o desenvolvimento da cidade e que precise ser

Ats

Secretaria de Planejamento e Administração

**São Benedito**  
*Legal*

ALTO DA BOA VISTA

**EXCELENTÍSSIMOS SENHOR VEREADOR MEMBRO DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA.**

**A/C do PROF. DR. NABIL BOUDUKI**

**DD. RELATOR DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO (P.D.E.)**

**Prezados Senhor,**

**A ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO LEGAL DOS COMERCIANTES, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO, inscrita no CPPJ/MF sob o nº. 14.681.002/0001-06, representando as empresas, comerciantes e prestadores de serviços sediados na Rua São Benedito adjacências, localizados nesta Cidade, e de moradores do entorno, vem através da presente perante V. Excelência para solicitar o Vosso apoio, da bancada do PT e aliados dessa honrada casa, para nossa Justa causa na forma seguinte:**

Estivemos no gabinete de V. Exa. no dia 01/04/2014. Houve muita discussão, e acham difícil que o nosso pedido de emenda possa vingar. Temos absoluta e plena certeza que o parágrafo único e incisos do artigo 13º. do Substitutivo do PDE inviabiliza totalmente a solução futura do problema de zoneamento na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a questão ficará engessada tal como hoje na LPUOS. Uma situação que existe há décadas.

1

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

*Roberto Lino* (1317)

Secretário

RF

*50*

## **São Benedito** *Legal*

Destarte, sugerimos que os incisos I e II do parágrafo único do artigo 13º. do Substitutivo do PDE passem a ter a seguinte redação:

*I – controle do processo de adensamento construtivo e de saturação viária, por meio da contenção do atual padrão de verticalização, da restrição à instalação de usos geradores de tráfego e do desestímulo às atividades não residenciais **incompatíveis com o uso residencial**; (em negrito o nosso acréscimo)*

*II- manutenção das zonas estritamente residenciais, com a criação quando necessário de pequenos comércio e prestação de serviços em equilíbrio com os usos residências; (em negrito o nosso acréscimo)*

*III) manutenção das áreas verdes significativas;*

Ressaltamos que a forma como está redigido o parágrafo único e incisos do artigo 13º. do Substitutivo do PDE torna absolutamente inviável qualquer mudança no diapasão buscado pela nossa Entidade e inumeros outros bairros, alguns a exemplo: Av. Morumbi, Rua Nicolau Barretos, Av. Eucaliptos e Jd. da Saúde, dentre outros que se pronunciaram na audiência pública de 05/04/2014. A diretriz do artigo 13º é absolutamente engessadora e restritiva e abrange uma grande área, o que é injusto com a Cidade e com aqueles que geram serviços que beneficiam as comunidades em seu entorno, geram empregos e evitam deslocamentos (que beneficia a atmosfera terrestre e a mobilidade urbana), bandeiras de campanha do nosso Prefeito e de seu partido. Por outro lado nossa proposta mantém o desestímulo, mas somente às atividades não residenciais que sejam incompatíveis com o uso residencial, desta forma preservando a comodidade dos moradores do entorno.

## **São Benedito** *Legal*

É fundamental que o Plano Diretor Estratégico preveja claramente, ou seja, que contenha diretrizes, a possibilitar que sejam avaliadas, caso a caso, por ocasião da discussão e elaboração da LPUOS e dos Planos Regionais, a necessidade ou não da implantação em áreas residenciais, principalmente em vias coletoras próximas a eixos de transporte de massa, de centralidades lineares de uso misto, a existência de comércio e serviços de conveniência, ambos de baixa densidade, compatíveis com o uso residencial, essa é a nossa tese e em nada afeta o verde e os bairros residências, queremos a preservação dos verdes, essências a nossa existência.

A redação acima de emenda (acréscimo) ao artigo 13º., parágrafo único e incisos do Substitutivo do PDE, indica que poderemos garantir a viabilidade de solução futura, ou seja, nos propiciará quando da discussão na Lei Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo as mudanças tão acalentadas, bem como no Plano Regional, pois, se não houver diretrizes no PDE que permitam tais alterações, teremos que esperar 2030, quando será votado novo PDE. Isto é justo?

**URGENTE, ver na folha seguinte uma proposta totalmente inviável que nos foi apresentada pelo gabinete do Vereador Nabil, a mesma piora bastante a situação, pois, o inciso I da proposta, diz: ... da restrição à instalação de usos geradores de tráfego e do desestímulo às atividades não residenciais. Fala da restrição e desestímulo, que serão usados pelo MP a pedido dos que defendem aguerridamente o uso estritamente residencial, o que inviabilizará a discussão na LPUOS. No que tange ao inciso ao II – manutenção das características urbanísticas e paisagísticas das zonas estritamente residenciais, o inciso em comento gera um “quase tombamento”, imaginem, trata-se de uma diretriz, nem os moradores querem isto, não poderão mexer nas fachadas, pois, terão manter as características, além de outras implicações.** Manutenção das características urbanísticas significa proibir qualquer tipo de alteração em usos, gabaritos de altura, taxas de ocupação, coeficientes de



# **São Benedito** *Legal*

aproveitamento etc. Novamente uma disposição que engessa de forma inapropriada a elaboração das leis posteriores ao PDE, impedindo a adequação da cidade ao dinamismo de seu desenvolvimento.

Com nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

São Paulo, 06 de abril de 2014.

**ASSOCIAÇÃO SÃO BENEDITO LEGAL DOS COMERCIANTES, PRESTADORES DE  
SERVIÇOS E MORADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Maria Auxiliadora Lopes Martins

Presidente – ASBL e Conselheira do CPM pelo Distrito Santo

*Em. no CEPOR*

## **Subseção II – Da Macro área de Urbanização Consolidada**

**Art. 13.** A Macro área de Urbanização Consolidada localiza-se na região sudoeste do município, é caracterizada por um padrão elevado de urbanização, forte saturação viária, e elevada concentração de empregos e serviço e é formada pelas zonas estritamente residenciais e por bairros predominantemente residenciais que sofreram um forte processo de transformação, verticalização e atração de usos não residenciais, sobretudo serviços e comércio.

## **São Benedito** *Legal*

**Parágrafo único.** Os objetivos de ordenação do território na Macro área da Urbanização Consolidada são:

I – controle do processo de adensamento construtivo e de saturação viária, por meio da contenção do atual padrão de verticalização, da restrição à instalação de usos geradores de tráfego e do desestímulo às atividades não residenciais;

II – manutenção das características urbanísticas e paisagísticas das zonas estritamente residenciais;

III – manutenção das áreas verdes significativas;

IV – estímulo ao adensamento populacional onde este ainda for viável, com diversidade social, para aproveitar melhor a infraestrutura instalada e equilibrar a relação entre oferta de empregos e moradia;

V – incentivar a fruição pública e usos mistos no térreo dos edifícios, em especial nas centralidades existentes e nos eixos de estruturação da transformação urbana.



# FICHA DE PROPOSTAS

Rosi Passos  
06/04/2014  
Gab. Ver. Nabile  
Barducci

GRUPO: Ocupação e uso do solo

TEMA: ZEPEC

PROPOSTA: A gleba da FFM, defronte do estádio do Povoense, com área de 48 mil m<sup>2</sup>, tem sido e com restrições exigidas pelo CONPRESA e CONDEPHAAT colide com os interesses de ocupação por parte dos proprietários de matriculação da área. O conflito fica ampliado com a existência do associado do bairro em ocupar a área com curso de pós-graduação, que o proprietário entende como o menos impactante em termos ambientais, paisagísticos e arquitetônicos, com muita facilidade em mitigar qualquer impacto de vizinhança.

Diante disso acreditamos que deveria o PDE dispor de instrumentos mais flexíveis e mais visíveis para mediar a solução a este tipo de conflito.

Prof. Dr. Khaleel Ghoubar (Assessor da FFM) 06/04/2014

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

*Caetano* 11317

Secretário

RF

*SC*

Grupo 1

## ABAIXO ASSINADO

Data: 12/12/2013

Ao excelentíssimo Senhor

Prefeito Municipal - São Paulo - SP

Os cidadãos abaixo-assinados, moradores e usuários especificamente das vias, Avenida Indianópolis; Avenida Ceci e Avenida José Maria Whitaker; todas elas amparadas pelo bairro Planalto Paulista, solicitam a vossa excelência as seguintes:

Alteração da classificação de zoneamento de ZCLZP-II para ZONA MISTA (Av. Indianópolis)

Alteração da classificação de zoneamento de ZER para ZONA MISTA (Av. Ceci)

### Av. Indianópolis / Av. Ceci - do Bairro Planalto Paulista

Atualmente elas apresentam um alto fluxo de veículos principalmente transportes coletivos inclusive com corredores de ônibus demarcados por toda extensão, como na Av. Indianópolis.

A nova sede do Conselho do CRECI-SP está sendo instalada em um edifício na Av. Indianópolis e além de sediar o Conselho, a ideia é que o novo edifício também se transforme em um polo cultural, com salas de aula para os cursos oferecidos pela entidade e um grande anfiteatro para palestras e seminários.

O desenvolvimento econômico destas áreas vêm trazendo novos empreendimentos laboratoriais, Centros de Serviços e Financeiros (Bancos, CIAs Hipotecárias, Seguradoras, corretoras e etc).

Com isso a densidade laboral e cultural de toda a área vem se intensificando a cada dia e com elas surgiram e ainda surgem diversas necessidades da população, moradora e usuária, local.

Em virtude do Zoneamento muito restritivo trabalhadores e moradores são obrigados a percorrer grandes distâncias para poderem fazer uma boa refeição.

A compra de remédios e outros utensílios para primeiros socorros também se tornam mais difíceis pois não há farmácias nas proximidades do bairro devido às restrições do zoneamento.

A segurança do bairro é cada dia mais preocupante pois a falta de estabelecimentos comerciais torna o ambiente noturno propício a práticas de prostituição uso de drogas e a prática de atividades ilícitas.

As avenidas naturalmente perderam características estritamente residenciais. Moradores e usuários anseiam por desenvolvimento nestas avenidas. A flexibilização do zoneamento trará diversos benefícios a população, dentre eles destacam-se principalmente:

- Segurança privada;
- Estabelecimentos de suporte a Saúde (Farmácias de Manipulação, Drogarias, e etc.);
- Estabelecimentos do ramo Alimentício (Padarias, Mercados, Armazéns e etc).
- Estabelecimentos de serviços de conveniência (Postos de Combustível, Lojas de Conveniência, entre outros.)

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.	
06 ABR. 2014	11312
Secretário	RF

Dono Perno  
06/04/2014

**Carta 01/2014 - Representantes Sociedade Civil no CMPU**

São Paulo, 25 de março de 2014

**Excelentíssima Senhor Professor Nabil Bonduki**  
**DD. Relator do PL 688/2013 da Câmara Municipal de São Paulo**

Tendo participado desde há muito do planejamento da cidade e, diante da ausência de discussão aprofundada do projeto do Plano Diretor elaborado pelo Executivo que deveria realizar-se no CMPU - Conselho Municipal de Política Urbana, queremos destacar neste momento a alta responsabilidade das Senhores(as) Vereadores(as) de São Paulo para garantir que cheguemos agora a um Plano efetivamente capaz de conduzir a cidade a um futuro que todos desejamos: de eficiência, justiça social e qualidade ambiental.

Futuro que toda a população tem o direito de exigir do Plano para livrar-se dos problemas críticos que a vitimam em consequência do processo caótico pelo qual a cidade é produzida, apropriada e utilizada sob o domínio de forças econômicas e políticas imediatistas e alheias ao interesse coletivo.

Para isso queremos chamar a atenção de Vossa Excelência para três alterações fundamentais que, a nosso ver, não podem deixar de ser feitas no projeto do Plano Diretor a fim de afastar consequências danosas que seriam impostas à Sociedade.

São alterações que verificamos agora não foram feitas no Projeto de Lei Substitutivo coordenado pelo arquiteto e Vereador Nabil Bonduki mas que poderão ainda ser realizadas à luz do debate ora iniciado na Câmara Municipal.

Esses três pontos a alterar são apresentados sumariamente no texto que ora lhe enviamos e referem-se basicamente aos seguintes temas:

Ponto 1 - A concessão imediata e maciça do direito de construir sem depender da infraestrutura necessária e do planejamento criterioso;

Ponto 2 - Proposta de reestruturação do território sem demonstração da eficiência e viabilidade da proposta e da neutralização de seus previsíveis impactos;

Ponto 3 - A concepção incompleta de zoneamento que omite o zoneamento comum em âmbito local, excluindo a chance das comunidades existentes defenderem seu espaço de vida.

*Nabil Bonduki*  
06/04  
Sab. Ver. Nabil  
Bonduki

*[Handwritten signature]*  
1

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

*[Handwritten Signature]* *[Handwritten Initials]*

Secretário RF

*[Handwritten mark]*

*[Faint, illegible text from the document body]*



É fundamental haver condições e tempo para a discussão de cada um desses pontos, superando a perspectiva de se ter de aprovar o Plano Diretor em poucas semanas, mesmo sem prover informações e análises indispensáveis para que cidadãos e Vereadores possam ter consciência da eficiência, e consequências concretas e riscos das propostas apresentadas para além da retórica superficial, voluntarista e imprevidente dominante no projeto.

Nessa perspectiva, vimos apelar a todas as Vereadores(as) e em especial ao relator Nabil Bonduki para viabilizar a discussão serena, objetiva e isenta dos pontos críticos apontados no texto anexo, tomando o tempo necessário para que se cumpra a função estratégica que, conforme a Constituição, cabe exclusivamente ao Plano Diretor.

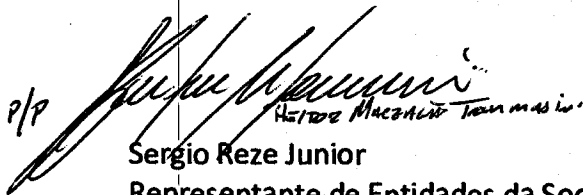
Queira aceitar, caro(a) Vereador(a) e, com os subsídios que lhe endereçamos, nossos votos de feliz desempenho da missão essencial que ora lhe cabe na produção desse Plano.



Luiz Carlos Costa  
Representante da ONG Movimento Defenda São Paulo no CMPU  
luizcarloscosta1935@gmail.com



Lucila Lacrete  
Representante Eleita da Macrorregião Oeste no CMPU  
lucilalacrete@yahoo.com.br

p/p  Relator Macrorregião Toin mas is

Sergio Reze Junior  
Representante de Entidades da Sociedade Civil no CMPU  
Sergioreze1@gmail.com

## **Anexo à Carta 01/2014 – Representantes Sociedade Civil no CMPU**

São Paulo, 25 de março de 2014

### **TRÊS PONTOS A SEREM NECESSARIAMENTE ALTERADOS NO PROJETO OFICIAL DO PDE 2014**

*Não tendo sido dada à Sociedade a desejada oportunidade para apresentar suas críticas e propostas com profundidade compatíveis com a importância do Plano Diretor, cidadãos signatários do presente documento desejam encaminhar ao relator do projeto do PDE, Vereador Nabil Bonduki o texto abaixo deliberadamente restrito a três pontos que, a nosso ver, precisam ser necessariamente alterados dados os graves prejuízos que acarretarão à cidade.*

*Além desses pontos poderíamos apresentar outras críticas e proposições envolvendo aspectos conceituais e pragmáticos do Plano como, aliás, já fizemos ao longo de todo o processo de elaboração do Plano Diretor.*

*No entanto, não vemos futuro nesse processo caso os pontos selecionados não forem devidamente discutidos e alterados. Na hipótese deles permanecerem inalterados, entenderemos que todo Plano Diretor estará comprometido com os interesses econômicos e políticos que têm conduzido a cidade à situação crítica que hoje apresenta.*

#### **PRIMEIRO PONTO A SER NECESSARIAMENTE ALTERADO**

**O primeiro ponto a ser necessariamente alterado no Projeto de Lei 688/2013, do Executivo, é a autorização que ele preliminarmente estabelece para que os empreendimentos urbanos verticalizados atinjam o índice 4 de aproveitamento dos terrenos em uma extensíssima área urbana sem que se preveja a possibilidade de dota-la da infraestrutura urbana necessária. (Nessa área estima-se – segundo dados da SMPU e SP-Urbanismo - que possam ser instalados cerca 400 milhões de metros quadrados de área construída, sendo que a produção da última década é da ordem de 6 a 8 milhões de metros quadrados construídos por ano, consumindo uma média de 1,3 milhão de m<sup>2</sup> de terrenos anualmente).**

Essa liberalidade significa que poderá se manter na cidade o mesmo processo de produção urbana pelo qual as áreas urbanas existentes vem sendo continuamente invadidas e transformadas pela implantação aleatória de empreendimentos verticalizados, de grande porte e valor, provocando nas zonas atingidas, efeitos desastrosos bem conhecidos dos paulistanos. Como por exemplo; a ocorrência crescente de congestionamentos paralisantes das vias; a expulsão sistemática da população de menor renda para localizações mais distantes e precárias; a necessidade de investimentos públicos suplementares demandados pelos novos e antigos usuários; a piora de condições ambientais decorrentes da saturação urbana associada às novas construções; ou a desestruturação de bairros constituídos, social e funcionalmente diversificados e recuperáveis, que constituem patrimônio coletivo de seus usuários.

Esses efeitos decorrem, sobretudo, da falta da ação pública que orientasse o processo de uso do solo e revertesse o caráter aleatório e insuficiente da produção pública de infraestruturas,



equipamentos e serviços que aliviassem as demandas insatisfeitas, muitas vezes acumuladas ao longo dos anos.

A persistência dessas tendências parecia devida, em primeiro lugar, ao desprezo ao princípio elementar de que o adensamento construtivo de bairros e zonas só poderia ser permitido se fosse compatível com a capacidade de suporte dos mesmos, especialmente dependente da disponibilidade de sistemas de transportes, e das exigências urbanísticas e ambientais peculiares a cada zona.

Em segundo lugar, desconheciam-se que já se haviam criado instrumentos de planejamento instituídos pelo Estatuto da Cidade que, se aplicados com rigor, permitiriam dotar o poder público de recursos extraídos dos empreendimentos imobiliário que construíssem acima do potencial básico da zona, a fim de permitir o financiamento de obras e programas exigidos pelo adensamento da demanda.

Para que esses e outros instrumentos possam ganhar eficiência transformadora é evidente que eles precisam situar-se em um sistema de planejamento urbano mais eficaz e democrático e, portanto, mais independente das forças econômicas que dominam o processo urbano e mais comprometidos com as necessidades e anseios dos cidadãos e comunidades.

Nessa perspectiva era inexplicável a concessão, acima aludida, feita ao setor imobiliário para que esse multiplicasse ilimitadamente seus empreendimentos ao invés de condicioná-los a normas urbanísticas definidas por critérios sociais, econômicos e ambientais que todos esperavam ver explicitados no Plano Diretor.

Assim, não parece haver razões, a não ser as da *realpolitik* oportunista, para que essas normas liberalizantes do setor imobiliário fossem prematuramente fixadas, sem maiores estudos e sem aguardar a oportunidade de integrá-los na política geral de uso do solo cujas diretrizes o PDE definiria. Sobretudo para que a Lei operacional de uso do solo possa guardar estrita coerência não só com os objetivos, critérios, estratégias e políticas específicas propostas do PDE, como também com o Plano Urbanístico estrutural para o conjunto da cidade e com as diretrizes dos Planos regionais e de bairros

## **SEGUNDO PONTO A SER NECESSARIAMENTE ALTERADO**

O segundo ponto a ser necessariamente alterado no projeto do PDE é a proposta de reestruturação geral do território urbano, fundamentada no objetivo de descentralizar os empregos tradicionalmente concentrados na porção central da aglomeração e reduzir os deslocamentos obrigatórios entre locais de moradia e trabalho.

A proposta é centrada baseada por um lado na implantação faixas urbanas adensadas ao longo de corredores exclusivos de ônibus e das atuais linhas de metro e trens urbanos e, de outro lado, na implantação de um chamado *Arco do Futuro* que circundaria o atual centro expandido abrangendo novas atividades e empregos.

No entanto, tal como formulada, a primeira dessas propostas mostra-se insuficiente para oferecer à Sociedade garantias de eficácia e viabilidade, podendo ao contrário gerar prejuízos definitivos para o desenvolvimento da cidade.

Essa avaliação baseia-se em primeiro lugar no fato de não se ter demonstrado tecnicamente o quanto as novos corredores exclusivos de ônibus propostos poderão ampliar a capacidade das linhas existentes hoje evidentemente saturadas e criar um potencial adicional de serviço que não seja absorvido pelas demandas hoje insatisfeitas. Em segundo lugar, não se demonstra que a faixa a adensar definida poderia efetivamente se implantar continuamente sobre os bairros existentes dada a ocorrência frequente de áreas já ocupadas e excessivamente saturadas ou destinadas para zonas especiais.

Além disso, nada indica que as imaginadas ruas-corredor com *fachadas ativas* serão compatíveis com a organização atual ou futura dos bairros atingidos pois, na maioria dos casos, poderá criar conflitos e impactos negativos impossíveis de serem previstos e avaliados com base nos mapas e informações disponibilizadas.

Assim sendo, nada justifica a implantação automática e restrita das faixas adensadas com edifícios especiais sem que se defina como elas se harmonizarão com as características físicas, funcionais e ambientais dos bairros que atravessa. Sobretudo considerando que o planejamento das regiões e bairros, se sistematicamente produzidos, poderia, com muito maior eficiência, segurança e participação popular, indicar as áreas precisas que seriam adensadas para gerar a população adicional compatível com a capacidade ampliada dos corredores de ônibus que fossem instalados.

É preciso reconhecer que a definição de transformações estruturais de uma cidade gigantesca, complexa e desigual como São Paulo não pode deixar de ser tecnicamente fundamentada e amplamente refletida e apoiada por toda a sociedade. Sobretudo, para que se tenha segurança que as ações estruturantes propostas sejam quantitativamente proporcionadas aos efeitos desejados, sejam viáveis no quadro político administrativo e financeiro vigente e aos recursos passíveis de mobilização e estratégicos para alterar tendências a dinâmica urbanas de grande inércia e atendam às demandas dos movimentos da Sociedade Civil.

Assim sendo, o Plano de reestruturação geral de toda a cidade não poderia deixar de enfatizar outros objetivos como o de reaproveitar a atual aglomeração dentro de seus limites atuais, suficientemente extensos para absorver todas as instalações (residenciais e funcionais) a serem demandadas, nas próximas décadas, pelo moderado desenvolvimento esperado de nossa metrópole.

Para isso, porém, a cidade teria de livrar-se da tendência histórica de ter seu território claramente dividido entre dois universos. De um lado a cidade moderna, basicamente equipada e valorizada (embora congestionada, saturada e poluída) onde se concentram as classes abastadas e medias motorizadas, as grande empresas de todos os tipos, além de toda a atividade imobiliária que as atende. De outro lado, a periferia precarizada e auto construída, desequipada e sem empregos, onde continua a se acumular rapidamente, em condições

miseráveis e inseguras, a grande massa dos excluídos das áreas dominadas pelo mercado imobiliário.

Para livrar-se desse destino, é sabido que a cidade precisa se integrar em regiões mais diversificadas, onde a população residente de todas as classes de renda tivesse oportunidade de fácil acesso a seu trabalho e a sua vida social.

Para isso é necessário que o Plano de estruturação territorial da cidade contivesse vários outros elementos, tais como: um sistema principal de transportes coletivo e vias diversificado e de grande capacidade, passível de ser implantado em determinado horizonte, no limite das possibilidades econômicas e políticas, capaz de atender ao máximo possível as grandes demandas de transportes hoje insatisfeitas e que possa induzir o setor imobiliário e o poder público a produzir a estrutura urbana desejável na escala e localização adequadas.

Definido esse sistema de transportes e vias torna-se possível definir em unidades territoriais adequadas, de escala semelhante aos Distritos, o potencial construtivo total da unidade compatível com o sistema de transportes planejado, elemento essencial para se ter critério objetivo na definição dos limites a serem impostos ao conjunto da atividade construtiva de uma zona urbana, o que definitivamente afastaria o risco do crescimento contínuo do congestionamento, da saturação urbana e da exclusão social.

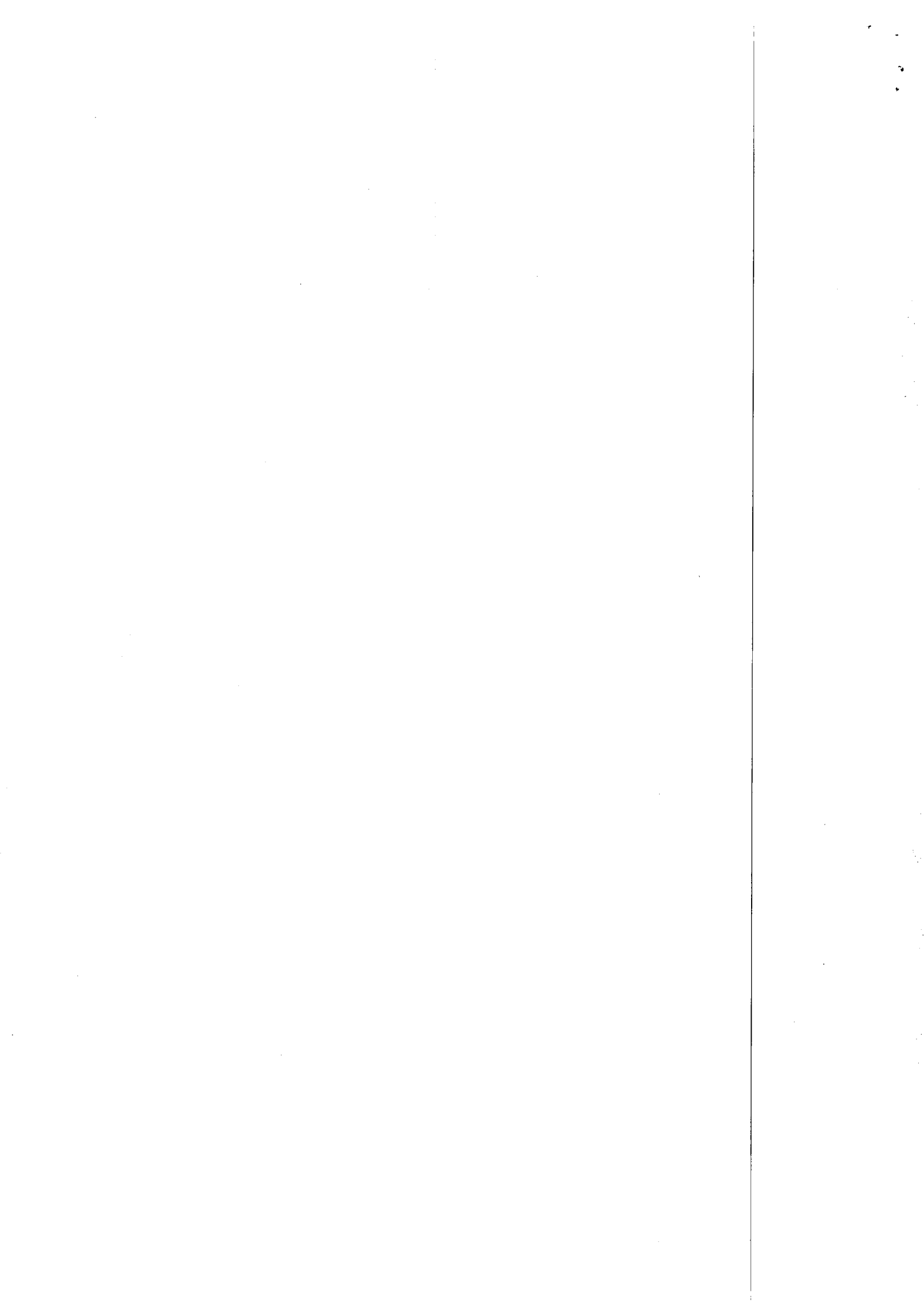
Tal como se tem feito no planejamento de outras grandes cidades parece-nos inevitável que vários outros elementos estruturantes da cidade sejam definidas no Plano, criando referências duradouras para o planejamento coerente de suas partes.

Desses elementos destacaríamos: a) A Área Metropolitana Central que reuniria os espaços, instalações e símbolos da unidade da grande cidade nos aspectos culturais, políticos e administrativos; b) Os pólos urbanos secundários de concentração das atividades comerciais, de serviços e de vida social e econômica essenciais para o desenvolvimento de que diferentes tipos de regiões e macro regiões, abrangendo tanto os pólos regionais existentes como os possíveis de serem deliberadamente criados; c) O sistema de sub-centros de comércio, serviços e vida social (existentes e futuros) a serem desenvolvidos no horizonte do PDE, para sustentar o desenvolvimento econômico e social de Regiões e macro regiões, visando em especial reduzir os deslocamentos obrigatórios entre os locais de moradia e trabalho; d) os pólos de atividade industrial, atacadista, e centros logísticos que serão determinante dos deslocamentos e manipulação de cargas; e) as zonas especiais de controle do uso do solo para permitir destinação exigida pelas políticas públicas instituídas pelo PDE, tais como: Zonas Especiais de Interesse Social, Zonas Especiais de Proteção Ambiental, Zonas Exclusivamente Residenciais a serem mantidas, zonas prioritárias de planejamento detalhado e intervenções inovadoras mediante Operações Urbanas e AIUs.

Esses e outros elementos estruturais do espaço urbano são necessários para que o PDE mantenha sua unidade e coerência seja nas normas urbanísticas seja nos programas de infraestrutura e equipamentos urbanos, seja nas políticas e sistemas de coordenação institucional.

Assim sendo, não é aceitável que a proposta de Estruturação espacial ora apresentada no PDE apenas considere a reestruturação urbana nos espaços restritos pertencentes aos chamados





*Eixos de Estruturação da Transformação Metropolitana* e a algumas Zonas Especiais, enquanto que na maior parte do território urbano, mais densamente ocupado, a ausência de diretrizes permite supor a continuidade dos processos conflituos de produção urbana, geradores de problemas críticos que atingem todas as classes e toda a atividade econômica, e comprometam a sustentabilidade ambiental.

Processos que se não forem alterados desde já, farão crescer o desatendimento das demandas da maioria da população e resultarão num crescimento incontrolável dos movimentos sociais violentos recentemente eclodidos, nutridos pelas necessidades e pela desesperança dos cidadãos

### **TERCEIRO PONTO A SER NECESSARIAMENTE TERCEIRO PONTO A SER NECESSARIAMENTE ALTERADO**

Ele se refere à ausência de diretrizes relativas ao planejamento urbano local destinadas a alterar e corrigir os efeitos antissociais do processo vigente de produção e uso do espaço construído que se manifestam concretamente no âmbito dos bairros e zonas constituídos sem que a população e usuários dos mesmos tenham condições de controlá-los através dos instrumentos do Estado democrático.

A esse propósito cabe observar que, no que se refere ao zoneamento, são muitas as diretrizes relativas a Zonas Especiais e Macrozonas caracterizadas por índices de aproveitamento dos terrenos. Nada, porém, é estabelecido quanto a zonas comuns que devem necessariamente vigorar em toda a cidade, definindo normas específicas de uso do solo ajustadas às limitações e peculiaridades das diferentes bairros e zonas e à disponibilidade de sua infraestrutura e equipamentos públicos devendo, ainda, exprimir as necessidades e aspirações de todos os cidadãos e comunidades, aferidas por práticas objetivas e democráticas.

Assim sendo, não há qualquer controle do processo de transformação real do espaço do cotidiano dos cidadãos, que continuaria a depender predominantemente das iniciativas imobiliárias apenas reguladas pelas leis do mercado e de providências públicas ocasionais, ao invés de obedecer a diretrizes e normas elaboradas democraticamente contemplando todos os interesses em presença.

Essas normas permitiriam a divisão criteriosa das quadras em que, definitivamente, seriam autorizados, em montantes controlados, diferentes padrões de edificação tais como a produção imobiliária verticalizada para todos os tipos de demandas, as áreas funcionalmente diversificadas e menor verticalização a consolidar para o uso das classes médias, as áreas a destinar à implantação de habitações populares subsidiadas, ou as áreas a preservar por razões ambientais ou por necessidade de equipamentos públicos.

Para que o planejamento local cumpra o seu papel de complementação indispensável ao PDE, ele deverá definir como as políticas setoriais e as normas urbanísticas gerais aprovadas deverão ser detalhadas no âmbito específico das regiões, bairros e zonas em que as

*AL*

populações e atividades socioeconômicas dependem do processo urbano concreto condicionante de seu cotidiano.

Para tanto é indispensável que o próprio PDE contenha diretrizes e elementos indispensáveis para conferir consistência, eficiência e democracia ao planejamento local, que ele deverá cobrir harmoniosamente todo o território da cidade.

Entre esses elementos é possível destacar a definição das unidades territoriais integrantes de bairros e zonas interdependentes para as quais o planejamento local deverá se desenvolver, e se traduzir em programas e projetos concretos e em normas urbanísticas que interessem diretamente a seus moradores e usuários e os mobilizem para participar livremente o planejamento dos bairros com a inquestionável autoridade decorrente de sua vivência e de sua inventividade.

Por outro lado é indispensável que o PDE formule as diretrizes metodológicas para que o planejamento local seja formulado de forma tecnicamente consistente e politicamente legitimada, condição de sua eficácia e democracia.

Para esse processo inovador será também necessário que o PDE programe - a provisão das informações, mapas e análises disponíveis para fundamentar o planejamento local detalhado, notadamente os relativos às características do sítio (como a Carta Geotécnica em escala adequada para o planejamento urbano), do uso do solo atual e de suas possibilidades de transformação no contexto do Plano estrutural da cidade, além dos indicadores do nível de atendimento das necessidades e aspirações das coletividades envolvidas e dos recursos passíveis de serem providos no horizonte do Plano.

Finalmente é preciso tomar decisões sobre o tempo a ser consumido nesse processo após a aprovação do PDE, de nada valendo fixar prazos em que o planejamento local seria inviável, irrelevante ou alheio às políticas públicas definidas para a cidade.



Prof. Luiz Carlos Costa



# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO:

PROT. SUBSTITUTIVO AO PL 688/13

TEMA:

PROPOSTA:

INCLUIR INCLUSO VIII AO ARTIGO 361º

NOVO INCLUSO

"VIII OS ARTIGOS 3º, 4º, 5º DA LEI 11.228/92"

JUSTIFICATIVA: HA' UMA TOTAL INCOMPATIBILIDADE e

INCOERÊNCIA ENTRE A DIRETRIZ DE ABERNURA DE

VIAS PREVISTAS NO MAPA 10 e NAS VIAS PREVISTAS

EM LEIS DE MELHORAMENTO EM VIOR e

O DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º (TERCEIRO) 4º (QUARTO) e 5º

(QUINTO) DO CÓDIGO DE OBRAS LEI 11.228/92

ISTO É GRAVISSIMO.

A LEI EM VIGOR (11.228/92) IMPEDIRIA A DIRETRIZ DE

DOAÇÃO DE TERRENOS COM MELHORAMENTOS PARA A PMSP

E VITAR GASTOS COM DESAPROPRIAÇÕES

PROponente: PEDRO FRANCISCO TISOVEC GV-28 DO

VEREADOR DAVID SOARES (PSD)

pedro.tisovec@gmail.com

SUBSTITUTIVO  
Plano Diretor Estratégico

Rox. Penae  
06/04  
Var. Stachel Bonduki

PROJ. SUBSTITUTIVO AO PL 888/13

INCLUIR INC20 VIII AO ARTIGO 3º

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.	
06 ABR. 2014	
<i>Gabriel</i>	11317
Secretário	RF

*JK*

DELEGADOR DAVID ZORRES (SD)  
PROPOLENTE: PEDRO FRANCISCO TIZOVI (PSD)

# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO:

PROJ SUBSTITUTIVO AO PL 688/13

TEMA:

PROPOSTA:

ALTERAÇÃO DE DEFINIÇÃO DO QUADRO 1

ANEXO AO SUBST. PL 688/13

"HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"

INCLUIR A EXPRESSÃO "ACESSÍVEL" e "DESENHO UNIVERSAL"

"...PODENDO SER DE PROMOÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA, ACESSÍVEL

EM TODOS PAVIMENTOS, PROJETADA NO CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL, TENDO NO MÁXIMO UM SANITÁRIO... SEGUE

A REDAÇÃO ATUAL PROPOSTA

PROPONENTE: ARQ/URB PEDRO FRANCISCO TISOVEC

arg.pedinho@gmail.com

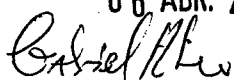
Roni Pessoa  
06/04  
Gov. Ver. Nabil Bonduki

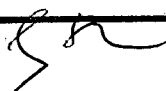
PROJ. 2013/00117-0 AO PL 088/13

ALTERAÇÃO DE DEFINIÇÃO DO QUADRO

ANEXO AO PROJ. 2013/00117-0

HABILITAÇÃO DE INTERESSE ZONAR

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.	
06 ABR. 2014	
	11317
Secretário	RF



# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO:

PROJ. SUBSTITUTIVO AO PL 688/13

TEMA:

PROPOSTA:

INCLUIR NO DESENHO DO MAPA 10

"AÇÕES PRIORITÁRIAS DO SISTEMA VIÁRIO  
ESTRUTURAL E DE TRANSPORTE PÚBLICO"

INDICAR O TRECHO DE VIA A ABRIR - PROLONGAMENTO DA RUA PORCO CALVO ENTRE A MARGINAL TIETÊ e A AVENIDA A ABRIR. PROPOSTA

COMPRIMENTO 258m

ESTA VIA ESTÁ PREVISTA NA LEI DE MELHORAMENTO 6869/66

JUSTIFICATIVA: COM A EXECUÇÃO DO VIADUTO SOBRE O LEITO DA RUA PIETRO GIANNOCARO.

A CET ELABOROU PARECER FAVORÁVEL NA ABERTURA DESTA VIA COM 18,00m DE LARGURA SOBRE ÁREA PÚBLICA INVADIDA.

PROPONENTE PEDRO FRANCISCO TISOVIC - GV-28 DO

VEREADOR DAVID SOARES (PSD)

pedro.tisovic@gmail.com

SUBSTITUTIVO  
Plano Diretor Estratégico

Rosi Ferraz  
06/04/14  
Cab. Sec. Mobil. Bandeira

FROT. SUBSTITUINDO AO Nº 288/13

INCLUIR NO DESENHO DO MAPA 10

"AÇÕES PRIORITARIAS DO SISTEMA VIÁRIO  
ESTRUTURAL E DE TRÁNSITO PÚBLICO"

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.  
06 ABR. 2014  
*Carlos M. 11317*  
Secretário RF

*5*

# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO: PROJ. SUBSTITUTIVO AO PL 688/13

TEMA:

PROPOSTA: NOVA REDAÇÃO ART. 5º SS 7º

" " GESTÃO DEMOCRÁTICA É A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO DIRETAMENTE OU MEDIANTE REPRESENTANTES DOS DIFERENTES SEGMENTOS DA POPULAÇÃO, OU POR INTERMÉDIO DE ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS, NOS PROCESSOS DE DECISÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE, DE REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO."

JUSTIFICATIVA: O TEXTO ATUAL PROPOSTO NÃO DEIXA CLARO O DIREITO DE CADA CIDADÃO SE MANIFESTAR DIRETAMENTE COMO INDIVÍDUO.

INDUZ QUE SÓ "REPRESENTANTES" PODERÃO FALAR.

arq/urb PEDRO FRANCISCO TISOVEC  
arq.pedrito@gmail.com

Roxi Pessoa  
06/04/14  
Gerb - Ver.  
Nobél Bondurki

PROJ. SUBSTITUTIVO Nº 288/13

Nº 288/13 PROJ. SUBSTITUTIVO Nº 288/13

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.  
06 ABR. 2014  
*[Handwritten Signature]* 11717  
Secretário RF

*[Handwritten mark]*

11

PROJ. SUBSTITUTIVO Nº 288/13  
*[Handwritten Signature]*



# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO: PROJ. SUBSTITUTIVO AO PL 688/13

TEMA: \_\_\_\_\_

PROPOSTA: INCLUSÃO DE INCISO AO ARTIGO 342°  
INCLUIR INCISO V  
"V- Lei 9.959, DE 26 DE JULHO DE 1985"

## JUSTIFICATIVA:

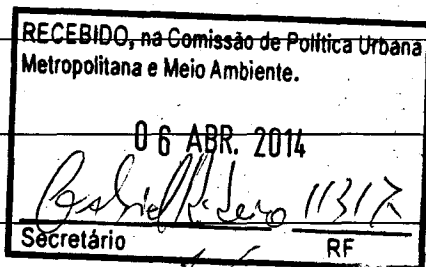
ESTA LEI DAS IGREJAS É IMPORTANTE SER  
MANTIDA EM VIGOR.

QUANDO DA REVISÃO DA LEI 13.885/2004 AÍ  
SERÁ REVISADA E ATUALIZADA

PROponente: PEDRO FRANCISCO TISOVEC

GV-28 DO VEREADOR DAVID SOARES (PSD)

E-MAIL [pedro.tisovec@gmail.com](mailto:pedro.tisovec@gmail.com)



Rosi Peres  
62b. Ver. Nobile Bonduki  
06/04/14



FICHA DE PROPOSTAS

Pos. Pexco 06/04  
6ab. Ver. Rebil  
Bondecki

GRUPO: USO e Ocupação do Solo

TEMA: Conflito de leis Parque Linear

PROPOSTA: Retirada urgente e definitiva

das leis 2 e 5 da área do Parque

Linear Axinguí (e manutenção de todos os parques em planejamento ou implantação)

Proposta de retirada urgente e definitiva das leis 2 e 5 da área do Parque Linear Axinguí. Há conflito de leis. Ele entrou neste substitutivo do Plano Diretor com leis 5, MAS consta como área especial de preservação ambiental e outra no Código Florestal, por ser nascente limpa e com peixes. Outro conflito é que ele já consta em implantação no planejamento de Subprefeitura de Butantã. Foi protocolado documento

TO

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

*Solimar Mero* 11317

Secretário

RF

*SM*

São Paulo, 05 de abril de 2014.

À Relatoria da

Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente

Câmara Municipal de São Paulo

Srs. Vereadores,

Por meio deste documento formalizado e protocolado nesta Audiência Pública sobre o Plano Diretor, nós, abaixo assinado, manifestamos preocupação, com as duas áreas abaixo relacionadas demarcadas como ZEIS 2 e ZEIS 5 em área coincidente com o Parque Linear Caxingui, Subprefeitura Butantã.

O Projeto de Lei Substitutivo do Plano Diretor Estratégico (PL 688/2013), apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, indicou duas áreas como Zona Especial de Interesse Social-ZEIS em área demarcada como **Parque Linear Caxingui**.

Ressalte-se que o Parque Linear Caxingui consta no texto do Projeto de Lei Substitutivo, **Quadro 07 – Parques Municipais Existentes e Propostos**, como segue:

- Parque Linear Caxingui
- código BT 06
- Situação: em Planejamento
- Categoria Linear
- Endereço: Rua Roberto Lorenz/João Scaciotti)

Note-se, **em planejamento**, portanto, em **conflito** com a proposta de mudança na lei de zoneamento.

As áreas indicadas como ZEIS 2 e ZEIS 5 constam do Mapa 04-ZEIS do PL Substitutivo.

Em 2008, a Subprefeitura Butantã indicou o parque linear Caxingui como prioridade no documento técnico intitulado "Parques lineares Butantã: 10 parques lineares Prioritários – 2008". A Secretaria do Verde e Meio Ambiente reconheceu a importância desse parque linear, incluindo-o em sua programação de parques planejados.

Esse parque linear será implantado ao longo do córrego Caxingui, ainda bastante preservado quanto à qualidade da água e vegetação ao longo de suas margens. Comprovadamente, temos até peixinhos, em sua nascente. Além disso, o córrego Caxingui foi integrante da primeira fase do programa "Córrego Limpo" coordenado pela SABESP/PMSP.

Registre-se que, razão da presença de uma vegetação significativa, o Plano Regional Estratégico do Butantã (Lei 13.885/2004, Livro X, Quadro 04B), indicou uma Zona Especial de Proteção Ambiental - BT-ZEPAM/09.

Rosi Peres  
06/04/14  
Gab. Ver. Nabil Bonduki

As ZEIS indicadas pelo substitutivo se sobrepõe parcialmente a essa ZEPAM.

A sociedade civil organizada atuante na região do Butantã vem insistentemente reivindicando, ao longo dos últimos cinco anos a **implantação efetiva** do parque linear Caxingui, reconhecendo sua importância para a recuperação da rede hídrica regional e melhoria da qualidade de vida e ambiental da região.

Reconhecemos a importância e urgência da efetiva implantação de ZEIS na região do Butantã e chamamos a atenção para os logradouros já levantados e reconhecidos pela subprefeitura como indicados para a implantação de Zonas Especiais de Interesse Social.

Ressaltamos ainda que a preservação dos recursos hídricos e implantação de parques trás benefícios a toda a população da região e da cidade de São Paulo.

Diante do exposto, solicitamos a retirada urgente e definitiva das ZEIS 2 e ZEIS 5 que se sobrepõem ao parque linear em questão.

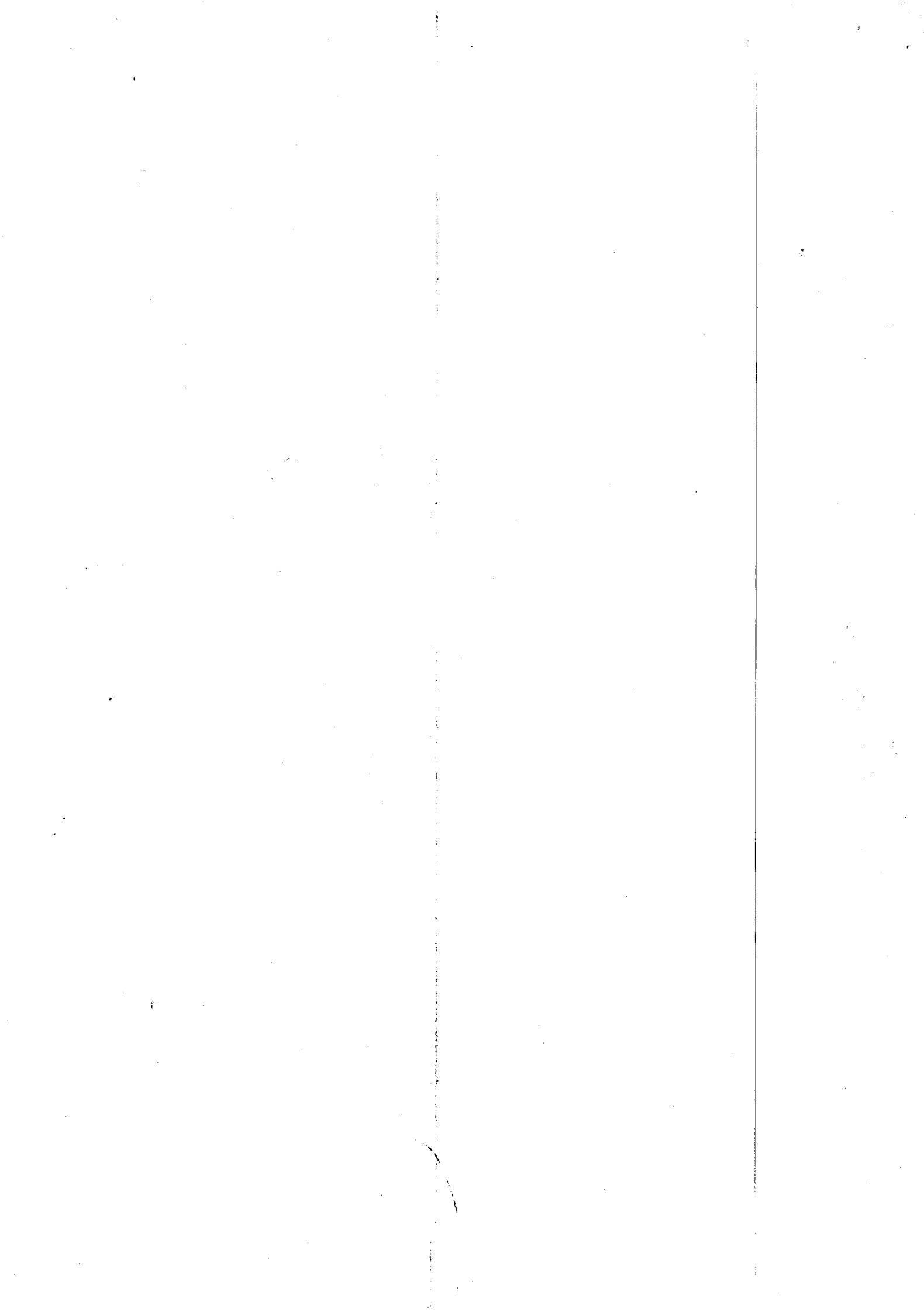
Atenciosamente,

*For: Passos  
06/04/14  
626 Ver. Nobile  
Benedini.*

*Dna. Luiza - Sérgio Fraga JA Souza Castellano,  
R. 66555/172  
Paulo José Villela Bonar Rua João Batista de Souza  
Filho, 139 RG nº 10.602.251-9  
Regiani Paulino de Oliveira RG 13485173-0*

*Stine Ingrid Hansen 3693467-7 987558670 CADES PT  
ACCMmo Oliveira  
obs: só se  
p/ ZEIS (E. de  
reserva)  
p/ ZEIS*

*Seu José 16 11929228 - Dns. per  
Daniel Frozza 8559147714 Dani de Souza  
Beatriz APB Botelho 5142625-0 / 982191573 - CPM.  
DUTRA  
Lucila ECRETA RG 6.605.955 MONUMENTO DEFENSA S. PAULO  
3044-7172  
Peter Wulff RG 1.818.271 SEMASU 3862-7594  
Mônica Tilly Bolo RG 9862632-2 Instituto 5 Elementos SP  
CESAR COELHO DANFACI RG 28764608-40 98283459*



- Maria Elisa Silveira - RG 85323676 - tel - 9992.3368
- Samuel Anselmo Colaprisos - RG 33717967-0 - TEL-969224812
- Rosely Aurelius R.G 8154136-3 - Tel. 971416038
- Bruna Rampim RG. 29061412-0 - tel 3722-2801
- Paulo Goyz - RG. 5.751.293.7 - tel. 9.9501-4459

Luiz Fernando de Moraes Bourroal - RG 17.611.330-9 LD.  
 REINBO - DA SILVA RG. 3462744 TEL: 99973-6168

Maria Auxiliadora Lopes Martins - RG. 9.022.257 - fone 55223666  
 Associação dos Benedito Legal - f. 25329229  
 Arnaldo R Neto Jr - Grupo de Modelagem  
 Jr. do Sude

José Paulo dos Santos RG. 3.404.538.7 - cel. 98660-6422 - AMVA  
 Pedro Francisco Tisonec RG 4.983.379-0 cel 976363063 ARQUITEN

Fabio Valentin RE. 21.763,455-2 999865646  
 João Alberto RG 6002297-8 96447492  
 Mohamed Said Mend. 4.909.503 999846715  
 Tereza Rodrigues dos Santos RG: 352912057/336753355  
 BERNARDO BERENSTEIN NETO RG 2.455.196

Marlos Lopes Campos RG 34880191-9 mais Cpn  
 Paulo Auzas 18469522-3 conceca - SP 983182647 fe  
 Guilherme Ferreira de Miranda 48569109-7 3337-3828

Edmundo Faleiro 18216638

Alice Yara Falmi - RG 3465509 - 36416625 - comissas  
 Pq Anhaesguera  
~~plano~~ FACSP = ALEFJC@Hotmail.com  
 RG. 55.4196.035-6



Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text in the middle of the page, possibly a main body of text or a list.

LISTA BANCA SML/União 13 928017

Associação Cap. de Oliveira 17.1107.657

HEITOR MARZIANO TOMMASINI. 14.129.886

Associação dos Moradores do Jardim da Saúde

Marcia Juang Bellay 16:9.896.372-7

Brigida Gones Fries RA 357825073662 / 6273

ANA MARIA BMSCHI RA10440206-4

99958725

Cláudia Pinheiro RE:22.539.212-2 - 0192901992  
Sandro Taveira CNV 2 06242115-556-4 - 37571910

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

Secretário *[Handwritten Signature]* RF

Projeto de Lei do P  
Projeto Encaminhado à Câmara M

*[Handwritten]* abaixo assinado região do Co

*[Handwritten]* Houve, no grupo de trabalho referente a mo

*[Handwritten]* (BRUNO I), a apresentação de uma situação no

*[Handwritten]* de sua implantação, onde viria ser criada uma ZEIS

*[Handwritten]* primeira observação após assinatura no qual se abordou

*[Handwritten]* a uma integração entre meio-ambiente e a  
(ZEIS) e <sup>assim</sup> como prioridade, assentou que em caso de risco (incontornável), sistema

*[Handwritten]* ao C.G. local assessorado por equipe

*[Handwritten]* Portanto, decidamos a nossos representantes,

*[Handwritten]* Nabil, analisar onde seria o melhor local,

*[Handwritten]* se desenvolver a área ZEIS (Eliseu de

*[Handwritten]* com a proj. S. Av. Moura e onde havia um

*[Handwritten]* (ver: A análise do abaixo-assinado, a

*[Handwritten]* seguinte assentado no ótica do Conselho de

*[Handwritten]* Ana M. P. P.

Pringui (tempo 1 - 05/04/2014)

o tempo do solo/condição de solo  
(abscimento)

Pringui - BT: prazo linear,

deixo claro aqui

assim: sou promotor  
atividade de indústria social

na terra, a não ser  
agora atividade junto

à cidade (Universidade).

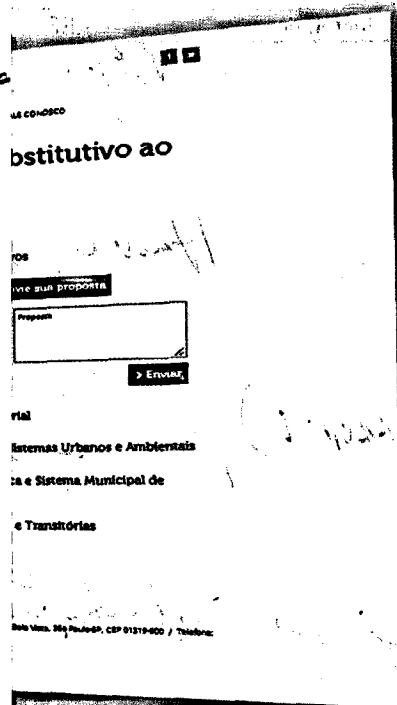
principalmente mercado  
na região, para

Atividade, e que os  
restaurantes: o fato

seguro não tem

o prazo assim o meu chefe assim.

1. Voto, R. G. 5960824



este grande debate



CÂMARA MUNICIPAL DE

# FICHA DE PROPOSTAS

GRUPO:

Adesamento

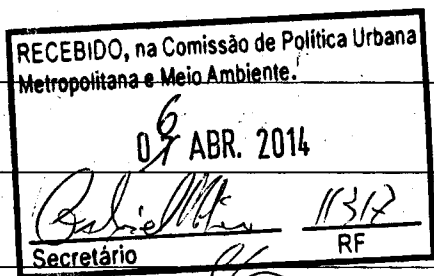
TEMA:

ZEDEC/PARTICIPAÇÃO

PROPOSTA:

Art. 65 → a redação do parágrafo de qualquer forma fazer constar os distritos, mesmo como que estão nos parágrafos seguintes

Art. 65 → Inserir um parágrafo com a criação de um conselho nos moldes dos conselhos de ZEES - exatamente igual ao artigo 45.



Rosi Peres  
06/04/2014  
Gab. Ver. Nabil Bonduki

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text in the middle section, appearing to be a list or series of notes.

Handwritten text in the lower middle section, continuing the list or notes.

RECEIVED  
MAY 20 1914  
A rectangular stamp or label located in the lower right quadrant of the page.

# JABAGUARA

MORO NA VILA GUARANI, AQUELA  
REGIÃO À ESQUERDA DA ESTAÇÃO  
CONCEIÇÃO DO METRO, SENTIDO  
CENTRO-BAIRRO.

A REGIÃO ESTÁ EXPLODINDO COM A  
FORTE VERTICALIZAÇÃO, SEM QUE  
HOUVESSE INFRAESTRUTURA ADEQUADA  
PARA ESSES EQUIPAMENTOS:

há prédios construídos sobre  
o lençol freático, o que está  
ocasionando vazamento de muita  
água potável e cristalina, cotando-  
seu aberto pelas sarjetas das  
ruas.

EXEMPLO-AM. DO CAFÉ COM BARRA  
DO PARATECA, HÁ OUTROS EM CONSTRUÇÃO  
SEM O DEVIDA ESTUDO.

MAIS PRECUPANTE, NÃO HÁ ESTUDOS  
DE IMPACTO AMBIENTAL.

SUBSTITUTIVO  
Plano Diretor Estratégico

→  
Rosi Benoc  
Cab. Ver. Nabil Bonduki  
06/04/14

MAIS —

ESTAMOS CONFINADOS, ~~EM~~ SEM SAÍDA DO BAIRO, A ÚNICA É AV. DIEDERICH SENA QUE PELA MARCHA FORMA FILA DE 2 KM CHEGANDO NA IMIGRANTES, MOTIVO:

- RODOVIA DOS IMIGRANTES
- AV JOS. ZANDETTI
- ARMANDO DE ARRO DA PESEIÑA.

FALTA VIADOTOS PARA ENTRADA/SAÍDA

ABS

REINALDO

RDASILVA @ ESTADAO.COM.BR

9.8563-6717

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente.

06 ABR. 2014

Secretário

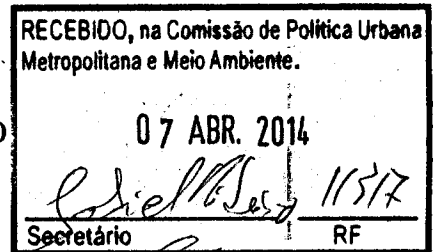
RF

Foi Removido  
Gerb. Ver. Nihil  
Bomduci 06/04/14



São Paulo, 07 de abril de 2014.

EXMO. SR.  
FERNANDO HADDAD  
DD. PREFEITO DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE SÃO PAULO



cc. Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente  
Andrea Mattarazzo

Ref. Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Estratégico

Prezado Haddad,

O Plano de Governo estruturado pela candidatura de V. Exa. à Prefeitura Paulistana teve a clareza e a coragem de apresentar dados relevantes sobre a desigualdade de nossa metrópole. Um dos mais importantes é a localização de empregos formais por habitante, que nos permite compreender a origem dos muitos e graves problemas urbanos da cidade.

Assim, como escrito, para que São Paulo se torne uma cidade do bem-estar e do bem-viver é preciso reduzir, principalmente, as desigualdades na localização do emprego e da moradia, na distribuição da renda e no acesso aos serviços públicos, que sintetizam as enormes desigualdades territoriais. Para que São Paulo tenha um futuro promissor, suas várias regiões precisam se desenvolver de forma equilibrada.

Diante do colapso do modelo de expansão urbana vigente há 30 anos, nós, como empresa do setor imobiliário e da construção civil, compartilhamos da proposta de modelo urbano a partir de uma nova estrutura policêntrica, capaz de induzir o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a aproximação do trabalho da moradia.

Apoiamos o Arco do Futuro.

Consideramos, entretanto, que as propostas de transformações urbanísticas ao longo do Arco estão em risco. Esta opinião é fruto de análise atenta do Substitutivo ao Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor Estratégico, no qual identificamos os seguintes pontos, que, entendemos, merecem aperfeiçoamento, a saber:

RECEBUE DE LA COMMISSION DE LA SÉCURITÉ  
MÉTROPOLITAINNE ET DÉPARTEMENTALE  
05 AVRIL 2014  
SECRETARIAT

1. As áreas inicialmente idealizadas para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana foram, de fato, diminuídas em 45%.

Isto se deve à reserva de áreas nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana para a implantação de futuras Operações Urbanas, bem como à exclusão das áreas destes Eixos que se encontram nos perímetros de Operações Urbanas já existentes e cujo estoque de potencial construtivo se esgotou.

Lembramos V.Exa. que o modelo de Operações Urbanas tem apresentado grande dificuldade de implantação, levando um prazo médio de oito anos para sua maturação!

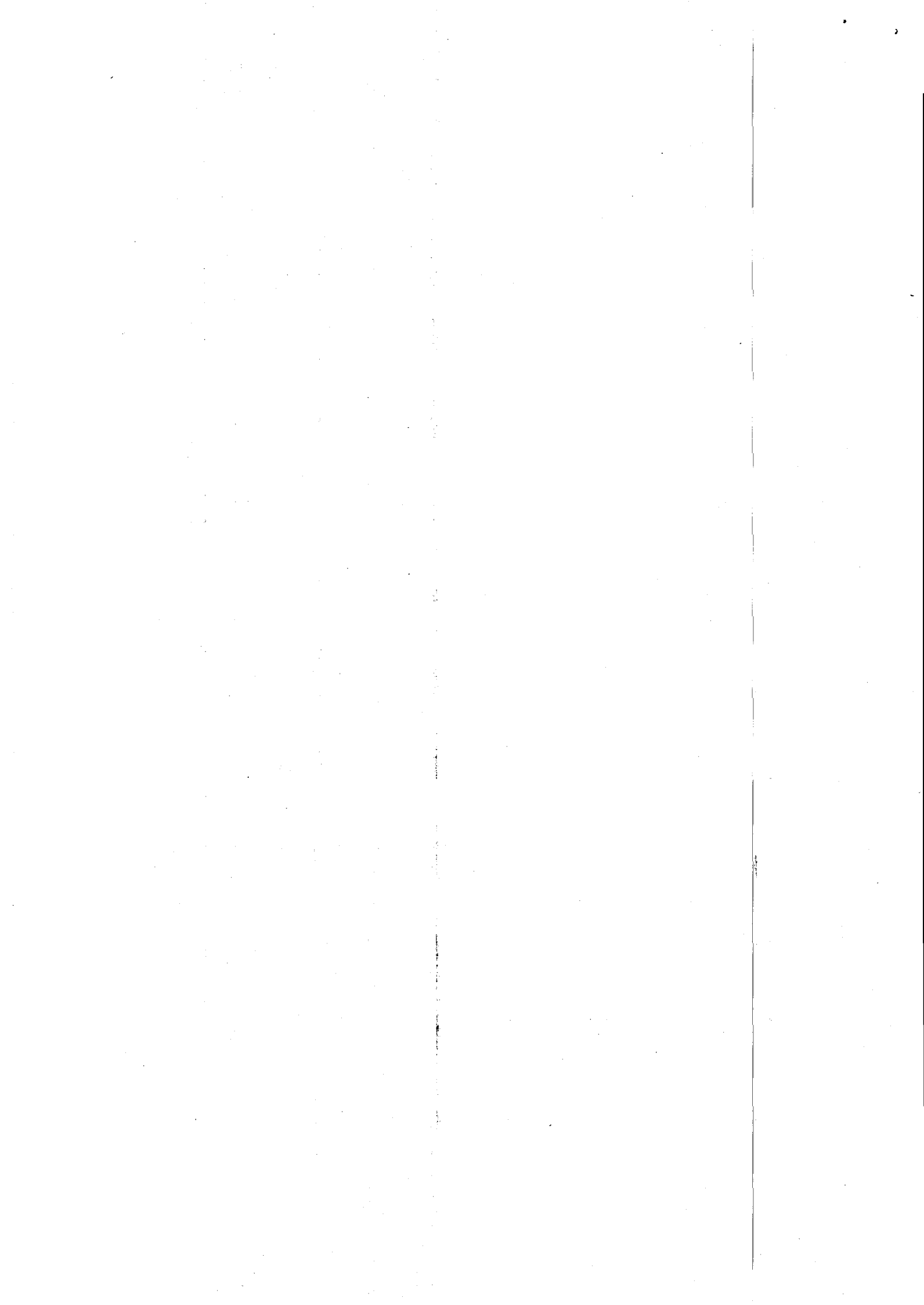
A simples atualização das Operações existentes também tem sido objeto de divergências intermináveis, inclusive para acomodar os interesses de agentes financeiros, que, em nossa opinião, passaram a promover a especulação dos CEPACs, títulos estes vinculados ao desenvolvimento imobiliário.

Na medida em que o Arco do Futuro tem por princípio incentivar o adensamento de locais com maior infraestrutura de transporte, é fundamental que as regras urbanísticas definidas para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana possam ser aplicadas, pelo menos, nos entornos das estações do sistema metroferroviário situadas em áreas reservadas às Operações Urbanas futuras ou às Operações já existentes, com estoque de potencial esgotado.

Este é nosso alerta principal! É de alta relevância produzir um Plano Diretor abrangente que, de fato, inclua todas as áreas localizadas nos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, preservando-se, desta forma o conceito do Arco do Futuro.

2. A restrição de gabarito máximo de altura de 25m para edificações localizadas fora dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana acarretará enorme perda de eficiência, não apenas do ponto de vista econômico e energético, como também na sua forma de ocupação, uma vez que as taxas condominiais serão significativamente mais altas.

3. As novas regras propostas para a produção de Habitação de Interesse Social-HIS e de Habitação de Mercado Popular-HMP, nas ZEIS 1, 2, 3 e 4, inviabilizarão, na prática, a possibilidade da iniciativa privada contribuir na minimização do déficit habitacional das famílias mais necessitadas. Atualmente nossa empresa vem desenvolvendo 3.000 unidades de HIS/HMP, as quais seriam inviáveis sob as novas regras propostas.



#### 4. Substancial aumento de custo.

Conforme estudos desenvolvidos pelo setor, os novos valores propostos pelo novo Cadastro de Valor de Terreno, a Cota de Solidariedade e nas novas fórmulas para cálculo da Outorga Onerosa poderão acarretar um aumento de mais de 15% no preço final dos imóveis novos na cidade, inviabilizando a produção e o desenvolvimento imobiliário da capital.

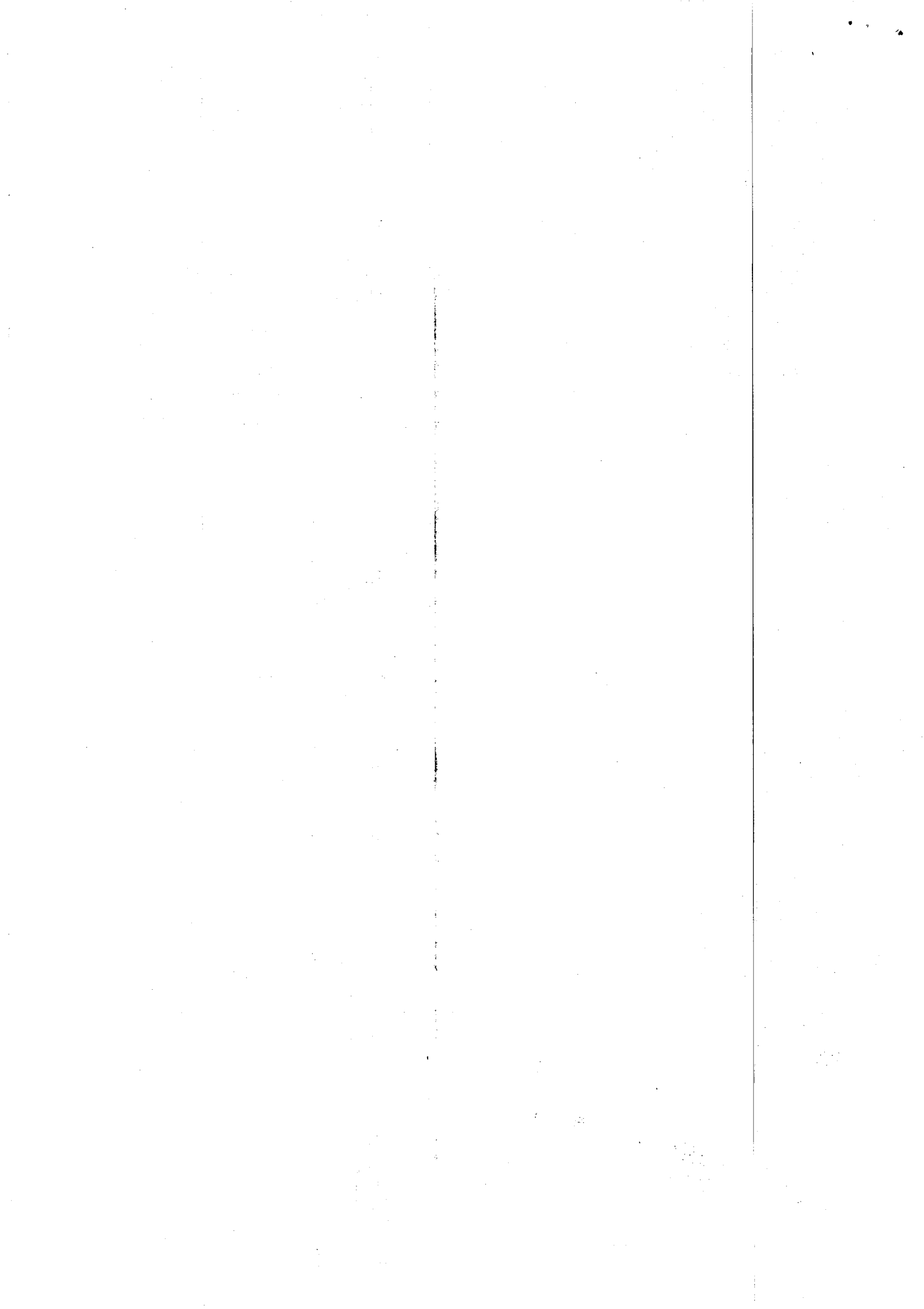
Se considerarmos o valor arrecado com CEPAC, Outorga Onerosa e demais contrapartidas exigidas para permitir a comercialização de empreendimentos imobiliários, a Prefeitura Municipal de São Paulo é certamente a destinatária da maior parcela dos valores arrecadados com a venda de imóveis novos. Diferente do que se possa imaginar, todavia, estes custos não são propriamente arcados pelo Setor Imobiliário, mas, sim, pelo adquirente das residências, ou seja, o consumidor final.

Certo de que as ponderações apresentadas contribuem no aperfeiçoamento do Substitutivo ao PL 688/2013 e coadunam-se com o tipo de cidade mista, plural, saudável, inteligente e compacta que desejamos para o nosso Município, despeço-me, permanecendo à disposição de V. Sa. para expor, detalhadamente, cada um dos aspectos mencionados.

Atenciosamente,



Adalberto Bueno Netto





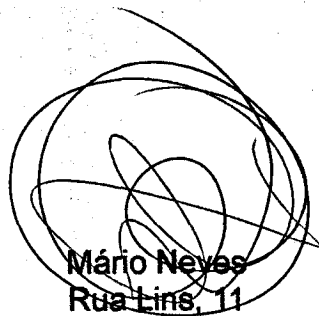
RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.  
07  
06 ABR, 2014  
*Carvalho* 11317  
Secretário RF



São Paulo, 07 de abril de 2014

(Esclareço que este projeto é de 05 de janeiro de 1997)

Venho por meio desta apresentar o projeto em defesa dos animais.  
Assim evita animais jogado nas ruas.  
Evita sujeiras nas ruas e nas praças.  
Evita que animais fique jogado nas ruas atacando as pessoas que passam.  
Porque quem maltrata acaba soltando nas ruas.  
Será criado um 0800 para denúncia.  
Esclareço que este projeto já foi protocolado em Brasília



Mário Neves  
Rua Lins, 11

Liberdade - São Paulo - SP  
01507-030

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.  
08 ABR. 2014  
Secretário RF

Gabriel S. M. Ribeiro  
Técnico Administrativo  
RF 11.317

tel: 99805-3499 ou 97020-6055

E. mail: marioarquivo@Hotmail

MEMORANDUM FOR THE RECORD

(197) [Illegible text]

[Illegible text]

RECEIVED  
MEMORANDUM & MAIL AMPLIFIER  
09 APR 1974  
SECRET

[Illegible text]

São Paulo, 08 de abril de 2014

(Esclareço que este projeto é de 22 de janeiro de 1998)

Venho por meio desta apresentar o projeto de minha autoria, o mesmo é para o bem estar da sociedade.

Assim preservando o meio ambiente, o solo, as árvores, rios, riachos e animais.

A preservação da fauna e da flora preserva o bem estar assim preserva a vida.

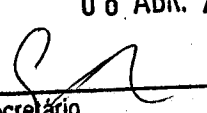
Todas as empresas que trabalham com produtos químicos, tóxicos e ácidos.

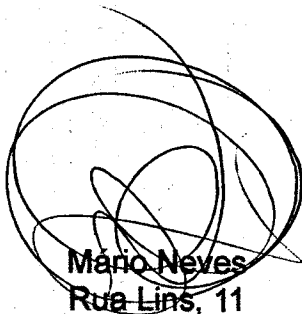
Tenham filtro de tratamento ou usina de tratamento.

Esclareço que este projeto já foi protocolado em Brasília juntamente com o Governo Federal.

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

08 ABR. 2014

  
Secretário RF



Mário Neves  
Rua Lins, 11  
Liberdade - São Paulo - SP  
01507-030

Tel: 99805-3499 ou 97020-6055

E. mail: marioberqueironeves@hotmail.com

1950

...

...

RECEIVED  
SECTION 1

...

São Paulo, 08 de abril de 2014

(Esclareço que este projeto é de 23 de janeiro de 1998)

Venho por meio desta apresentar o projeto de minha autoria, o mesmo é para o bem estar da sociedade, comerciantes, estudantes e trabalhadores.

Apresento o Projeto para Revitalização da cidade, reforma e padronização das calçadas.

A Prefeitura informa como será cada bairro, cada rua e avenida, quem puder faz ou a Prefeitura executa com o preço pesquisado de acordo como o apresentado por os moradores e a Prefeitura cobra em 12 (doze) parcelas iguais, estilo o IPTU, da mesma forma camê de 12 folhas com as parcelas iguais.

Este projeto já foi protocolado em Brasília, juntamente com o Governo Federal.

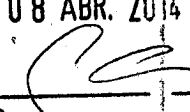


Mario Neves  
Rua Lins, 11

Liberdade - São Paulo - SP  
01507-030

RECEBIDO, na Comissão de Política Urbana  
Metropolitana e Meio Ambiente.

08 ABR. 2014



Secretário RF

Gabriel S. M. Ribeiro  
Técnico Administrativo  
RF. 11.317

Tel: 99805-3499 ou 97020-6055

E: mail: marioberqueironeves@hotmail.com